



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: REIS

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 25-08-14

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Transcrição *ipsis verbis*
- Orador não identificado

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Com a presença do Vereador Toninho Vespoli e na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, declaro aberta a segunda audiência pública que visa a tratar do Projeto de Lei 415/12, do Executivo, que aprova o Plano Municipal de Educação da cidade de São Paulo para o decênio 2011-2020.

Informo que esta audiência foi publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, no portal da Câmara de São Paulo, no jornal *Diário de S.Paulo*, no dia 21 de agosto e no jornal *Folha de S.Paulo*, no dia 22 de agosto.

Informo também que esta audiência pública está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, no *link* Auditórios On-Line.

O tema de hoje é educação infantil e ensino fundamental. A nossa palestrante é a Professora Lisete Arelaro, da Faculdade de Educação da USP, que terá 30 minutos para fazer uma apresentação.

Informo que as inscrições estarão abertas nos primeiros 15 minutos da fala da Professora Lisete.

Tem a palavra o nobre Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Sr. Presidente, até por conta de os portões só terem sido abertos às 9h e ainda haver pessoas na fila para entrar, elas sequer saberão que há um tempo para se inscrever e vão perder a oportunidade de participar da discussão. Não seria, então, prudente estendermos as inscrições por mais 15 minutos?

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Vereador Vespoli, precisamos ter o entendimento da quantidade de participantes para estabelecer o tempo de participação de cada um. Como não temos esse conhecimento, ficamos sem o controle do tempo da audiência pública e qual o tempo que cada um terá para fazer sua intervenção. Por isso estabelecemos esse prazo.

O que podemos fazer é estabelecer o prazo de inscrição no tempo da fala da Professora Lisete, que falará por 30 minutos. Acho que isso seria razoável. V.Exa. concorda?

O SR. TONINHO VESPOLI – Pode ser esse encaminhamento, mas as pessoas que chegarem posteriormente a esse prazo não saberão sobre o término do prazo.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Professora Lisete.

A SRA. LISETE ARELARO – Bom dia a todos. Agradeço aos Vereadores Reis e Toninho esta possibilidade de diálogo com a rede municipal e com os educadores nesta audiência pública que trata do Plano Municipal de Educação.

Tive o prazer de participar da Conferência Municipal de Educação e acompanhei alguns debates, alguns impasses e alguns consensos que a Conferência realmente possibilitou.

Uma vez que a mim foram solicitados três grandes temas, vou tentar me enquadrar, pois a minha função aqui é mais de uma animadora educacional, uma vez que traremos algumas reflexões.

Como não me cabe fazer uma análise geral do Plano como metas e estratégias, começo fazendo algumas considerações iniciais. De todo modo, faço algumas ponderações que são fundamentais para mim.

A primeira discussão é que o Plano apresentado repete um pouco o Plano Nacional, ao qual já tínhamos feito a crítica de que é muito difícil a análise de um Plano quando não se tem um diagnóstico que realmente o fundamente, porque não sabemos exatamente qual é a situação e de que cidade, de que Estado e de que país estamos falando. Portanto, sugiro à própria Comissão de Educação que, no encaminhamento, na justificativa, na apresentação do Plano, apresente também um diagnóstico, pois temos que lembrar que, se queremos uma discussão com toda a população paulistana, há de se levar em conta que ela não tem ideia, nem quantitativa nem qualitativa, das informações sobre educação. Até entre os Vereadores há poucos professores, portanto, V.Exas. têm que ter subsídios.

Sugiro, então, que se faça a inclusão de um diagnóstico pelo menos definindo a cidade. Pela complexidade da cidade de São Paulo, com seus 11 milhões de habitantes,

obviamente aqui é uma Cidade-Estado e por isso é importante termos esses dados divididos por regionais.

Em segundo lugar, acho que há uma definição que é quase um pré-requisito para mim: o Plano, evidentemente, é uma decisão política da Câmara e da Comissão, mas, qual é o âmbito em que ele vai atuar? Claro que, pelo Plano apresentado, fica estabelecido que, em princípio, estamos discutindo a cidade de São Paulo e não a rede municipal de ensino. No entanto, teremos que ver como essas coisas se combinam, porque, se formos pensar na cidade de São Paulo, evidentemente, falta diálogo especialmente com a rede estadual na discussão sobre ensino médio e, particularmente, sobre ensino superior.

Lembro que, em termos objetivos, na Conferência Municipal de Educação, as universidades participaram muito pouco e praticamente o Estado não participou; não foram convidados, não elegeram delegados para participar da Conferência. A situação, então, é sempre delicada, mas essa é uma discussão que tem que ser feita. Para mim, isso vai implicar numa decisão soberana do lado de cá, da Prefeitura.

Do ponto de vista concreto, o que se vai fazer? Há que se ter uma prévia definição que pressupõe atividades combinadas, concorrentes entre Estado e Prefeitura. Por exemplo, a Prefeitura de São Paulo precisa informar se tem a intenção de manter as oito escolas de ensino médio e as seis escolas de educação especial, porque, efetivamente na legislação, essa tarefa, essa função é do Estado e, evidentemente, como temos uma história de criação dessas escolas, qual é a posição exata da Cidade em relação ao Plano?

Quero fazer uma ponderação, que é sempre a mais complexa e absolutamente necessária, que foi o que nós, na verdade, mais batalhamos com o Plano Nacional de Educação: o financiamento da educação. Quando digo nós, me refiro aos educadores do Brasil por meio de seus sindicatos, associações e organizações científicas associativas e sindicais. Gostaria de lembrar que isso é algo muito complexo e, para tanto, cumprimento o Relator do

Plano pela inclusão de metas sobre financiamento da educação, porque, de fato, no projeto original, PL 415/12, não constava nenhuma informação ou proposta sobre financiamento.

Sabemos que queremos melhorar a educação brasileira, mas tudo que é bom custa caro e sem dinheiro não vai dar para se fazer. Portanto, a questão de voltarmos originalmente aos 30% que historicamente o Município de São Paulo realmente destinou para manutenção e desenvolvimento do ensino é um avanço do Plano e, obviamente, sabemos que, tanto o Município como o Estado de São Paulo, gastam relativamente pouco em educação. Quem está acompanhando a greve das três universidades estaduais sabe que, nos últimos 15 anos, praticamente duplicamos o atendimento, mas não houve nenhum tostão oficial do Estado para compensar o crescimento da qualidade. Essa, então, é uma discussão muito importante.

Parabenizo o Vereador por ter mantido uma questão de disputa, a educação inclusiva, que tem vários termos. Confesso a vocês que não é só a educação especial, mas é importante que se diga claramente que, para as crianças irem e depois permanecerem na escola, há que realmente se investir recursos para que elas tenham alimentação, transporte, material didático, etc.

Entrando realmente na discussão do Plano, como professora paulofreiriana, peço à Comissão de Educação que, por favor, retire o termo “erradicação” das diretrizes. Saiu assim no Plano Nacional, mas foi um cochilo e não podemos, na cidade de São Paulo, que teve o Paulo Freire como Secretário, escrever nas diretrizes “erradicação do analfabetismo”. Vou lembrar aqui as palavras do Professor Paulo Freire: o termo erradicar é usado para vírus, mas não serve quando nos referimos aos analfabetos.

Na proposta do substitutivo, de uma maneira geral – e não vamos discutir aqui, a não ser quando encontrarmos eles –, há uma valorização excessiva do Fórum Municipal de Educação. Queremos que esses órgãos tenham importância, mas não dá para ele ser praticamente um substituto do Conselho Municipal de Educação. Há momentos em que há propostas cuja discussão não é tarefa de um fórum, mas de um Conselho Municipal,

principalmente porque ali lhe é dado o caráter deliberativo, e o caráter deliberativo de um fórum é interno. Apesar de o Fórum ser independente e ter condições de decidir, ele não é decisivo para a política educacional do Município, é apenas o órgão que mantém a discussão, que agrega pessoas e entidades para manter viva a discussão, que tem que ser feita onde deve ser feita: nesta Casa, no Conselho Municipal de Educação e na própria Secretaria.

Também acho que o Plano teria – e não vou entrar nisso porque não é minha tarefa hoje – que pensar numa reformulação das composições do Conselho Nacional de Educação e do Fórum Nacional de Educação, porque, na verdade, viemos com uma tradição: o Fórum são mais ou menos as entidades que organizaram a Conferência Municipal, que veio na mesma linha do Fórum Nacional, ou seja, sem uma discussão com um caráter até mais independente. Confesso para vocês a minha surpresa de que lá parecesse paritário, um termo que gostamos de usar em relação a algumas coisas, mas, sinceramente, não teria sentido o Governo ter paridade num fórum. Este, por exemplo, é um espaço da sociedade civil. Então, não precisa e não deve ser paritário.

A mesma coisa se aplica ao Conselho Municipal de Educação, lembrando o seguinte: no Brasil, e não só aqui, o Executivo é forte o suficiente, porque, quando ele manda um representante seu, evidentemente ele tem a força da Administração Direta toda para mandar fazer. Portanto, ele não precisa de um número equivalente de votos para esses espaços, que entendemos que deve ser de caráter, digamos, mais diversificado.

Supostamente, vou discutir aqui as metas 5, 6 e 8 como tarefa, mas há um pressuposto que é a questão da redução do número de alunos, que é proposto como meta, a segunda logo depois do financiamento. É compreensível isso, mas, para mim, redução do número de aluno não é uma meta, é uma estratégia para a melhoria da qualidade de ensino. A meta, então, é a melhoria da qualidade de ensino.

Quanto à redução do número de alunos em classe, parablenzo a Comissão por ter tido a ousadia de propor isso no Plano. São poucos os lugares em que conseguimos introduzir

essa discussão. Quero dizer para vocês que nós da Faculdade de Educação da USP - e está presente aqui a Ana Melo, que acompanha essa questão - estamos fazendo, desde o ano passado, uma experiência de redução do número de alunos na primeira série do ensino fundamental, e os resultados têm sido excelentes.

Quem tiver alguma dúvida de que essa relação professor/número de alunos gera realmente a possibilidade de um atendimento mais individualizado, de o professor conhecer os alunos por nome, de ter tempo para conversar, etc, essa é uma variável que, sem dúvida alguma, em qualquer nível e modalidade de ensino é fundamental.

Em relação à meta, há duas questões: a qualidade de ensino e a proposta de universalização da educação, que é importante, mas seria uma reorganização entre a meta de universalizar e a meta de qualidade.

O Plano Nacional de Educação, o primeiro Plano aprovado, tem 20 metas e 254 estratégias.

Para qualquer especialista em planejamento, é estratégia demais. É verdade que, num processo de negociação mais público, sempre cada grupo quer colocar especificamente a sua reivindicação. Eu sei que isso é um problema aqui para vocês e para a Comissão de Educação, mas eu diria o seguinte: há excesso de metas. Cito somente um exemplo: a meta 3 tem 43 estratégias. Ela sozinha, para mim, já é um Plano. Então, é necessário cuidado. Sempre que se puder, não repetir, ou colocar em uma estratégia que já diga respeito ao conjunto das outras modalidades de ensino, ou etapas de ensino. Assim, já estaria contemplado. É que a gente segue um pouco o que as nossas avós diziam: “O que abunda não atrapalha”. Então, vamos colocando novamente. Mas não é verdade que está garantido só porque falei cinco vezes. É importante que se fale, mas no lugar certo.

Vou discutir também educação inclusiva entendendo que a solicitação, aqui, era a discussão da meta 8 – embora, para mim, educação inclusiva seja logicamente mais abrangente do que a meta 8.

Com relação à meta 5, “universalizar até 2016 a educação infantil na pré-escola para crianças de quatro e cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches na rede pública direta de forma a atender toda a demanda efetiva de 3 anos e 11 meses no prazo de 5 anos”, eu queria fazer uma observação. Eu também gostaria que a vida fosse mais fácil, mas a realidade é mais complexa do que gostaríamos. Temos que admitir o seguinte: se é verdade que a Cidade tem cerca de 120 mil crianças de 0 a 3 anos para atender em 2014 – e não vamos aqui discutir se é ou não é mais ou menos para lá ou para cá – e pretende fazê-lo em 5 anos, que é isso o que a meta está sinalizando, um avanço em relação à meta nacional que propôs 10 anos, mas não fez nesse tempo e agora teve que propor de novo, aqui então temos uma meta muito ousada: 5 anos para atender todos. Como o Ministério Público está em cima, eu até acho que este é um município que vai ter que dar um jeito, mas temos que considerar que essa é uma situação que vai exigir priorização da Prefeitura para esse atendimento.

Também é verdade que pelo menos nos últimos 10 anos – e não pretendo discutir a história da educação paulistana – a política de creches é e tem sido no sentido de terceirização. Por isso, não é casual, mas resultado de uma política de longo tempo que tenhamos hoje cerca de 350 creches diretas para 1.350 creches indiretas, comunitárias ou filantrópicas. Nesse sentido, a estratégia 5.3 está absolutamente correta na medida em que combina o atendimento público direto com a reincorporação das creches indiretas à Secretaria Municipal de Educação e um plano de construção acelerado das novas unidades. Mas não há dúvida alguma, não podemos imaginar que em 5 anos, infelizmente, atenderemos 120 mil crianças e ainda agradeceremos à colaboração de comunitários, privados e filantrópicos. Essa relação, em 5 anos, é impossível. Temos que começar um processo, um plano de construções ousado de creches para irmos devolvendo as construções de creches que se tornaram indiretas, mas que são prédios públicos municipais, para poder fazer um pouco esse movimento que deverá ser necessariamente gradativo.

Sem dúvida alguma, isso vai demorar um pouquinho mais, e temos que combinar essa questão. Por isso, proponho que se defina pelo menos até 5 anos para começar o congelamento e o início da redução do atendimento das creches privadas indiretas ou confessionais. É impossível, com essa desproporcionalidade de política adotada, que se consiga essa transformação súbita.

Quero propor outra coisa. Vocês sugerem com muita objetividade o censo. Eu diria que em vários lugares a proposta parece o seguinte: “Vai ser feito com colaboração”. É importante que em um Plano Municipal seja dito com quem será essa colaboração. No caso específico, se vou fazer um censo diferenciado para identificar as crianças, fazer esse levantamento, saber onde elas estão, a mesma situação proponho que seja feita com as pessoas com deficiência. Na verdade, nós nunca conseguimos fazer um censo da pessoa com deficiência porque custa caro e, evidentemente, os pesquisadores precisariam ter uma formação especial que abranja desde o que é a deficiência até que quais tipos de deficiências ocorrem. Sabemos que, apesar de o IBGE levantar isso, nos poucos municípios do Brasil que foram alvo desse censo especial, os dados são diferentes daqueles que o IBGE mostrou. Em Diadema, onde fizemos certa ocasião um levantamento junto com a Câmara Municipal e com o Conselho da Pessoa Deficiente, foi surpreendente ver que de fato lá o número de deficientes físicos era superior a outros tipos de deficiência, contrariando inclusive dados que tínhamos acabado de receber do próprio IBGE. Então, há alguns censos especiais que acho que valem a pena ser feitos. Evidentemente, o Seade e o IBGE têm variáveis e formas que podem nos ensinar. A própria Faculdade de Economia e Administração da USP já fez um levantamento sobre educação infantil. Então, já há variáveis dadas, e acho que, passados dez anos, está na hora de fazermos outro.

Lembro que o último censo escolar *stricto sensu* em que se foi à casa das pessoas, para se saber onde estavam e quantas eram, aconteceu em 1970 e foi feito pelas professoras primárias da cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Professora Lisete, só um minuto. Para as pessoas que chegaram e estão chegando após o início da fala da professora, informo que estão abertas as inscrições, que se encerrarão ao término da fala da professora, que conta ainda com mais 10 minutos para falar ao plenário. Os interessados em se inscrever, procurem a assessoria técnica da Comissão de Educação. Obrigado, professora.

A SRA. LISETE ARELARO – Como vocês têm o plano nas mãos, quero mencionar o seguinte: sobre a estratégia 5.9, há a proposta para que batalhemos para os pais sejam dispensados de seus trabalhos e participem mais da escola. Que tal fazermos as reuniões de pais nos finais de semana? Porque é nessa condição que muitos pais e mães podem participar. Uma coisa não anula outra. Se se quer que esteja voltada para a comunidade... Ainda é muito difícil no Brasil essa condição, pois aqui o capital manda sobre o trabalho. Portanto, é muito difícil imaginarmos que iremos conseguir que as firmas dispensem pais e mães para acompanhar a vida escolar dos filhos. É importante que isso possa estar escrito, mas mais importante é que a escola vai fazer as duas coisas. Tem o lado da reivindicação social, mas há outro lado, o da obrigação educacional. Tenho que marcar reunião no horário e no dia em que eu possa encontrar com as pessoas. Se vai receber hora extra, se vai contar em dobro, se compensa na greve *etc.*, é outra discussão. Mas, do ponto de vista concreto, quem faz sabe que tem muito mais pais que vão participar. Aproveita, faz um almoçozinho. Por exemplo, hoje há, por exemplo, uma feijoada na Escola de Aplicação, patrocinado por mães, pais, comunidade escolar. É uma reunião onde a gente se conhece mais. Nesses eventos, acaba sendo mais prazeroso irmos todos os dias – manhã, tarde, noite – às nossas escolas.

A estratégia 5.12, ainda que esteja correta, em minha opinião, a Emenda Constitucional 59 já obrigou que crianças de 4 a 17 anos estivessem matriculadas na escola no dia 1º fevereiro do ano que vem, 2016. Então, eu tiraria a primeira parte da proposta. Ou seja, todas as crianças de 4 e 5 anos terão que estar matriculadas na escola. Logicamente, pais e mães reivindicação diretamente. Por isso, sabemos que, na Prefeitura de São Paulo, educação

infantil, queiram ou não, será prioridade zero, porque de 0 a 3 nós temos o Ministério Público pressionando - também, depois de 10 anos de pressão, agora está pressionando mais -, e de 4 a 5 anos, porque é obrigação legal, sendo que a Prefeitura já deveria ter-se preparado para atender todas.

Sobre a estratégia 5.17 dessa meta, eu diria o seguinte: não se justifica o atendimento em período integral como priorização para crianças de 4 e 5 anos. Temos que lembrar que São Paulo é uma cidade em que pelo menos 30% das mulheres são cabeça de família; portanto, quanto menor a criança, menos condição temos de deixá-las sozinhas. Por isso, eu não estabelecería prioridade para 4 e 5 anos, mas diria “em tempo integral de 0 a 5 anos”. Nessa proposta de tempo integral, não tenho dúvida de que as razões sociais têm que prevalecer. A família mais pobre, a mais que trabalha *etc.* não tem alternativa. Temos que lembrar que a mudança das famílias foi significativa nesses últimos 20 anos, e não temos mais aquela irmã mais velha ou mais nova que escolhia não casar e criava os nossos filhos. Hoje temos a irmã, que, se não casa por opção, não quer cuidar dos nossos filhos. Não temos mais essas condições de antigamente. Temos também que lembrar que São Paulo, com todo seu processo de industrialização, não foi capaz de dar uma resposta prioritária para as mulheres que trabalham, entendendo-se isso como um direito de família.

Com relação à meta 6, vou escolher alguns pontos, pois meu tempo está-se esgotando e minha função é somente motivar o debate. Na meta “universalizar o ensino fundamental de 9 anos, público e gratuito com qualidade socialmente referenciada, para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 95% dos estudantes concluam essa etapa na idade recomendada”, essa parte em vermelho é “em colaboração com o Estado”. Aí, acho que nós temos uma discussão que não está no plano e que é fundamental, que se refere à discussão sobre a municipalização do Ensino Fundamental na cidade de São Paulo.

Se vocês querem redução de alunos na sala de aula, se vocês estão até imaginando o crescimento de um pouquinho de dinheiro e se a discussão é sobre qualidade de

ensino, eu lamento, mas essa posição tem de ser radical. Nenhuma criança a mais, além das atendidas, será municipalizada. Porque o Estado, apesar da obrigação do Ensino Fundamental ser concorrente – desculpe dizer -, está belo e formoso na sua redução. Ele detém uma questão que – em minha opinião – já traduz a grande dificuldade que temos no Brasil com o sistema de colaboração entre as esferas públicas, porque o Estado definiu unilateralmente que quem faz acomodação da demanda no Estado de São Paulo é ele. E, portanto, há um sistema em que o Estado manda quem ele quiser, para onde ele quiser e os Municípios é que aceitem.

Portanto, acho que esse é o primeiro momento grave e sério do que significa colaboração. Colaboração quer dizer: “Olha você não vai mandar criança para nós.” Então vamos discutir quantos entram e como. Não é que vamos acabar com o atendimento, é que vamos congelar. O número de atendimentos já é significativo. Se o processo continuar – em minha avaliação -, daqui uns quatro ou cinco anos já não teremos mais criança de 1ª a 5ª série sendo atendida pelo Estado. Essa é outra discussão no Brasil, mas ela se justifica quando estivermos discutindo se de fato a Educação, primeiro, vai ser de zero a dez anos. Essa é uma discussão que ainda acontecerá. Agora, neste momento histórico, não tem sentido que de fato o Estado continue com essa questão.

Portanto um posicionamento sobre a redução e a possibilidade da manutenção, de hora em diante, de responsabilidades claramente divididas entre Prefeitura e Estado, entendo que seria fundamental, senão, infelizmente, não vai dar para avançar nas metas que vocês estão propondo.

Aqui tem uma estratégia e, sinceramente, não é que eu seja contra, mas é um pouco constrangedora, neste momento. Sabemos que existe pobreza absoluta e tudo o mais, mas buscar junto ao Estado e à União recursos suplementares para a execução dessa meta – para mim – é uma proposta perigosa, porque neste momento mais importante é discutir que não haverá municipalização total. Até poderia municipalizar inteiro, desde que se tenha dinheiro. Poderíamos até dizer que estamos conversando com um dos dez Municípios mais

ricos do País. Que nesse momento há uma rede que tem história, tem produção, tem qualidade e que nós queremos melhorá-la. Sob essa condição, não sei se valeria a pena manter uma meta que vai pedir mais dinheiro. Isso, para eles, significa sim ampliar o atendimento e não dar conta das metas que vocês estão propondo aqui.

Outra questão é a seguinte: há uma proposta, justificando na meta 6.5, de que aquela instância que será criada, conforme prevê o Plano Nacional de Educação... Nós sabemos que a disputa sobre a criação de um Sistema Nacional de Educação está diretamente relacionada com a possibilidade real de uma efetiva colaboração entre as esferas públicas. Nós sabemos disso. Isso ainda não existe, apenas eventualmente e é suprapartidário, pode ser do mesmo partido.

Vamos citar agora: na gestão Kassab, apesar do Alexandre Schneider ser do PSDB, não significou uma negociação e uma proposta colaborativa entre Estado e Prefeitura.

Essa discussão é mais complexa. Com os mesmos partidos, entre os partidos, partidos adversários, etc., nós vamos ter de investir isso no Brasil. Agora, a proposta desta instância, o que imagina e deseja, é que a base comum não seja discutida nesse âmbito, porque nesta instância não terá essa função. Vai ser uma instância que reúne a Undime, representante dos municípios, do Estado, do Governo Federal, mas não será o *locus* privilegiado para se discutir a questão pedagógico-educacional.

Meta 6.9 – sempre que tiver Plano Nacional, uma definição mesmo, e não reforçar, porque, com todo o respeito, reforçar o projeto político-pedagógico da unidade escolar como expressão da sua organização educativa... É importante que esteja na lei, e esse é o primeiro plano. Que fique muito claro que o plano político-pedagógico é uma definição da escola. Por isso, vou insistir nessa questão. Não é verdade que as escolas tenham sido tão incentivadas a fazer o seu plano pedagógico e, depois, a cumpri-lo, que o problema de fazer plano é isso. Não basta fazer, é necessário saber depois como executar.

A Meta 6.17 não precisaria, porque a 6.8 já fala sobre isso.

Aqui está colocado de uma maneira muito importante a questão da evasão por discriminação, que nós sabemos que é real, acontece, etc. Mas temos outra evasão, que é a desistência do aluno por desinteresse pelo projeto desenvolvido. E o plano tem de falar alguma coisa sobre a questão da reprovação, que agora, com a nova política municipal, está estimulada.

Tenho muita preocupação com o que vai acontecer com os dados que vamos ver ano que vem. Temos um trabalho com oito escolas, e fica evidente a preocupação de dirigentes e professores sobre a questão da reprovação, uma vez que há um estímulo contrário, historicamente, quase dizendo que a reprovação é também um determinante da qualidade de ensino. Gostaria de lembrar que não é isso que as pesquisas mostram, não é isso que a prática educacional mostra, e assim por diante. Então é preciso introduzir uma estratégia.

Em relação à Meta 8, queria dizer que para mim é a questão do atendimento em relação à pessoa com deficiência tem de ser discutida da mesma forma que estamos fazendo em relação ao ensino fundamental como um todo.

Acabei de participar de um debate na Escola de Governo da Secretaria de Estado da Educação, e noto uma diferença de tratamento entre a cidade de São Paulo, que eles entendem que o Município faz muito bem, então deixamos para ele, e as outras necessidades dos outros municípios, que eles têm que atender, e eles têm propostas muito interessantes. Mas, em relação ao município, praticamente, eles se descompromissaram.

Eu só vou fazer uma última observação, já que o meu tempo se esgotou.

Quero lhes dizer sobre a Meta 8.6.

Sei que temos diferentes grupos que reivindicam isso de uma maneira, às vezes, bastante estimulante, mas eu estranhei um pouco a estratégia 8.6 referir-se apenas à comunidade surda. No Brasil e em São Paulo nós temos grupos diferentes que têm necessidades específicas. Ok, a comunidade surda tem de estar, mas não apenas ela, porque temos história de movimentos... Claro, não vou lembrar aqui que a APAE participa de uma

maneira intensa, etc. Então não é para tirar a comunidade surda, é para colocar as outras comunidades que trabalham com deficiência.

Queria lembrar uma questão: aqui há uma proposta de formação de professores surdos. E nós vamos ter que fazer melhor essa discussão, porque realmente as diretrizes curriculares nacionais deixam claro que a tarefa de formar professores para a educação especial é dos cursos de pedagogia. E nós estamos tendo uma situação um pouco extravagante do Conselho Estadual de Educação, que por meio da deliberação 111 de 2012 resolveu excluir duas discussões das diretrizes complementares curriculares da formação de professores de 0 ano ao ensino médio. Excluíram a creche e a educação especial como sendo pedagogia o *locus* principal da sua formação. Então peço a exclusão desta letra, uma vez que essa discussão está pautada no Brasil. Nós, das três universidades públicas, estamos consultando o Conselho Nacional de Educação, porque entendemos que o Conselho Estadual de São Paulo não pode definir isso contrariamente às diretrizes nacionais. Essa é uma discussão delicada, complexa. Queremos abrir a discussão, mas fazer fora, ou por entidade, mesmo devidamente credenciada pelo Ministério da Educação, não é razão para abrimos mão dessa formação superior nesses locais.

Termino agradecendo a oportunidade. Caso queiram qualquer complementação, poderei depois aproveitar o espaço do plenário. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Há 25 pessoas inscritas e cada qual terá quatro minutos para a sua exposição.

Tem a palavra a Sra. Luci, do Fórum sobre Medicalização.

A SRA. LUCI – Bom dia a todos. Faço parte de um movimento social denominado Fórum sobre Medicalização, cujo objetivo é conscientizar a população, principalmente da educação e da saúde, sobre a inconseqüência de encaminhamentos excessivos de crianças para diagnósticos e, como consequência, prescrição de medicamentos.

Fizemos uma leitura atenta do plano e gostaríamos de colocar alguns apartes.

O primeiro diz respeito à Meta 3 – estratégia 3.7, que diz o seguinte: “Criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos estudantes da educação básica, inclusive com o atendimento por professor específico, de forma a evitar a sobrecarga de professores das turmas.

Sugerimos que essa meta fosse substituída por “garantir estratégias que contemplem a singularidade e a diversidade dos processos de desenvolvimento e da aprendizagem dos estudantes da educação básica”.

Essa estratégia, de alguma forma, traz consigo uma continuidade da discriminação de algumas crianças por não acompanharem o mesmo ritmo de outras. Nós sabemos que cada uma é uma individualidade, plural, com suas características, e isso tem de ser respeitado. E quando você coloca um grupo de crianças à parte, porque não estão acompanhando, certamente você, de forma implícita, está discriminando essas crianças. Eu entendo que, quando houver essa diminuição de crianças e jovens na sala de aula, certamente haverá uma melhor organização, até para que a professora consiga atender essa demanda. No entanto, não é só essa questão que tem de ser posta, pois temos de pensar também na metodologia que oferece suporte para essa sala de aula funcionar.

Então entendemos que é fundamental que se contemple as individualidades nas suas expressões. Enfim, esse é o nosso objetivo. E aqui colocamos a estratégia 6.10, 7.14 e 10.26. Na verdade, elas todas são do mesmo teor, apenas em instâncias diferentes. Então gostaria que essas metas fossem revistas, para que não destacasse tanto essa desigualdade entre as crianças no sentido de haver alguém com determinado problema e que precisa de reforço ou coisa que o valha.

É isso.

P – Tem a palavra a Sra. Maria Aparecida Nery, do Sitraemfa.

A SRA. MARIA APARECIDA NERY – Bom dia a todos. Sou do Sindicato do Sitraemfa, que representa os trabalhadores da rede conveniada.

Eu fui muito feliz na fala da Profa. Lizete, porque ela expôs de forma bem clara a realidade da nossa cidade de São Paulo. E eu estou aqui para fazer algumas ponderações.

Quando falamos em educação, ainda mais pensando num avanço da qualidade, a dificuldade que tem a rede conveniada, e a dificuldade que nós temos também em discutir essa problemática, porque é um tema difícil de ser discutido até mesmo em termos de conceito mesmo. Há uma distância muito grande entre a rede direta e a rede conveniada.

Acho importante discutir a questão da dificuldade da rede conveniada, da diferença que existe.

Por exemplo, a jornada na rede conveniada é de 8 horas, ou seja, 40 horas semanais. Na rede conveniada, o planejamento é de um dia ao mês. A capacitação fica quase que impossível, uma vez que o trabalhador trabalha oito horas, e em casa geralmente é arrimo de família, como foi colocado. Então [compromete] a capacidade de fazer uma qualificação para fazer um trabalho de qualidade. Eu nem vou colocar a questão da valorização do trabalhador, que é o tema da próxima semana, e eu quero respeitar esse cronograma. Mas nós precisamos discutir essa questão, porque o Plano Municipal é um plano para muito tempo, e a questão da rede conveniada, como foi colocado aqui, é uma coisa difícil de ser resolvida de uma hora para outra.

Nesse meio dessa situação, entre municipalização e convênios, tem os trabalhadores, que são quem fazem a política de educação nesta cidade. E somos nós que pensamos na melhor forma para que essa política seja de fato de qualidade, de valorização, de inclusão. Então precisamos pensar que não é uma questão de ser rede conveniada ou rede municipalizada, mas pensar numa educação melhor, porque, até se resolver essa questão, ficam, os trabalhadores, a criança e o adolescente, numa situação de diferença. A diferença não está só na questão da exclusão dentro da municipalização, porque, se formos analisar, perceberemos que está havendo uma exclusão entre a criança que está na rede conveniada e a criança que está na rede municipalizada.

Aqui é apenas uma ponderação, porque se trata de uma discussão muito ampla, difícil de se fazer, mas não adianta jogarmos essa situação debaixo do tapete. Precisamos pegar a vassoura e trabalhar essa situação que acontece há muito tempo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Rose Gonçalves, do Fórum sobre Medicalização.

A SRA. ROSE GONÇALVES – Bom dia a todos. Eu faço parte do Fórum sobre Medicalização, da Educação e da Sociedade, e também do grupo interinstitucional Queixa Escolar e membro da Comissão de Educação do CRP São Paulo. Quanto às discussões que a gente fez, eu vou trazer só um ponto. O item 3.26 traz garantir a política de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção de sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual.

Aqui acreditamos que houve uma junção de coisas que não se comunicam diretamente. Uma questão é a violência que pode ocorrer no âmbito e tem ocorrido no âmbito escolar, e outra coisa são as questões ligadas à violência doméstica e sexual que as crianças sofrem fora do espaço escolar. Então, a gente acredita que esse item poderia se processar de outra forma, a garantir políticas para promover a construção da cultura da paz em um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade, de acordo com o artigo 70-A do Estatuto da Criança e do Adolescente. Esse artigo vai trazer proposições ligadas à formação continuada e à capacitação de profissionais de Saúde para a educação e Assistência Social e dos demais agentes que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e da adolescência, para o desenvolvimento das competências necessária para prevenção, identificação de evidências, diagnóstico e enfrentamento de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente.

Também no item 4 do artigo 70-A, há o apoio e o incentivo às práticas de resolução pacífica de conflitos que envolvam violência contra a criança e o adolescente. Então, no ambiente escolar, existem outras formas de atuação com a questão da violência escolar.

Na questão da violência sexual e doméstica, outras formas estão já previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente. Nós acreditamos que a 3-27, que traz a questão de construção de um protocolo para registro e encaminhamento das denúncias, é algo que extrapola o âmbito escolar, porque isso pode dar margem para que qualquer tipo de situação seja levada a instâncias superiores e não discutidas no âmbito da escola. Se estamos misturando violência escolar e violência doméstica, isso pode causar um imbróglio, e estamos encaminhando coisas que não são passíveis ou necessárias de serem encaminhadas, que deveriam ser articuladas dentro do âmbito escolar. Então, a gente propõe a supressão da 3-27, porque já contempla, se a gente fala do artigo 70-A. Essa lei que saiu recentemente é um complemento da lei 8069, do ECA. É a lei que fala da palmada. É basicamente isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Claudete Alves, Presidente do Sedin.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Bom dia a todos. Início aqui com uma provocação aos responsáveis pela relatoria do projeto. Tanto na Conferência Municipal da Educação como na Estadual, a Sra. Elizete auxiliou-nos muito. Nós já eliminamos o termo creche da proposta em todos os documentos. Se pensarmos que, na cidade de São Paulo, praticamente isso já há quase dez anos não é mais um termo utilizado, mesmo que seja do senso comum o país afora substituir todos os lugares que colocam creches, a palavra centro de educação infantil. Continuando a preocupação eu queria dizer o seguinte, sobre a fala da companheira do Sintraenfa que disse das dificuldades, da não valorização e tudo o mais. É inadmissível que depois de tanto tempo aguardado esse plano municipal de São Paulo que realmente nas

diretrizes não esteja previsto um calendário para recuperar esse absurdo que ocorre em São Paulo.

Quando você tem uma relação de 350 equipamentos diretos, não são equipamentos municipalizados, são equipamentos municipais da rede direta e quase quatro vezes mais na mão de terceiros que não têm a responsabilidade pela qualidade e o direito ao acesso à educação. Realmente temos de focar uma preocupação e conter no plano diretrizes que corrijam isso. Até quando o poder público municipal vai transferir a responsabilidade que é dele para terceiros, daí dá no que dá.

Sabemos que há boas intenções, mas sabemos aferir muito bem a pilantropia que está presente nestes vários equipamentos deixando as nossas crianças desassistidas e com uma qualidade de educação praticamente inexistente.

Na questão da meta cinco, quando se fala da universalização eu queria chamar a atenção para a seguinte questão, é verdade que em 1/01/16 tem de universalizar de quatro a cinco, porém também é verdade que nós temos uma situação que precisa ser resolvida urgentemente e eu acho que no plano pode apontar essa diretriz que é a unificação da educação infantil. Não cabe mais você ter CEI e EMAI e vou dizer o porquê.

Hoje nós temos cerca de 500 equipamentos que diz que atende crianças de quatro a cinco, não é verdade, as EMEIs da Cidade de São Paulo já estão recebendo crianças de três anos e o que é pior, a rede conveniada também. Temos muitos problemas relacionados a isso. Então, se a gente já tem todo esse problema pela transferência da responsabilidade, nós temos 500 EMEIs que já atendem de três a cinco e a legislação fala que a universalização de quatro a cinco é a partir de janeiro de 2016 e temos 350 equipamentos da rede direta, nós temos que unificar, não tem mais sentido dizer que ficar sem EMEI porque vai ser muito tranquilo para qualquer governante continuar empurrando, transferindo a responsabilidade que agora é constitucional, é de direito, não é mais só de dever, é obrigatório.

A educação básica passa oficialmente a partir dos quatro anos e a gente já tem vagas ociosas na pré-escola, tanto é que as crianças de três anos já têm sido matriculadas então, não tem jeito tem de pensar e estabelecer na diretriz do plano como vai se efetivar essa política de integração onde tenhamos só um equipamento na rede direta, responsável pela educação infantil na Cidade de São Paulo.

Respeitando-se a jornadas, direitos de trabalhadores, mas principalmente, pensando na não ruptura dessa criança ao meio. O currículo é o mesmo, temos de defender o direito da infância e, portanto, o Sedim traz essa proposta aqui: da unificação e também vocês receberam uma carta aberta que nós distribuimos no dia de ontem, da contratação de professores auxiliares na educação infantil que está tornando, sim, depósito de criança pelo elevado número de crianças por professores. Acredito ser o momento oportuno de se corrigir, no plano, estabelecer exatamente, qual é o número de crianças por professor e aí, não temos responsabilidade pelas falhas gerenciais dos sucessivos governos e não pode jogar isso nas costas dos professores e nem na qualidade do atendimento das crianças. É isso. Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Sra. Claudete Alves. Com a palavra a Sra. Sheila Mendes, professora de Educação Infantil.

A SRA. SHEILA MENDES – Bom dia a todos. Sou professora de EMEI da Rede, de duas EMEIs, localizadas no Heliópolis, e faço parte da diretoria do SEDIN. Em primeiro lugar, não tem como não falar, estou até nervosa, porque é assim: enquanto sindicato da Educação Infantil, sabemos de toda luta dessas professoras que trabalharam como pajem, como ADI, fizeram suas formações, são professoras formadas, muitas com pós graduação, e hoje tenho de ler assim – um papel que foi distribuído aos senhores – “vivemos um terror nas salas pois as professorinhas antigas tem pavor de computador das ferramentas digitais por não dominá-las, e que estão à disposição de qualquer mortal, contestando e afrontando o pseudo saber delas”. Primeiro, que não existe pseudo saber dessas professoras. Elas são professoras.

São formadas como eu que trabalho na EMei e tenho somente doze anos na rede. Não posso me dizer, professora antiga, “professorinha antiga”. É um desrespeito a nós educadoras.

Nenhum dos profissionais da educação infantil cumpre jornadas em escolas estaduais e municipais, só se preocupando com quinquênios, licenças prêmios, férias coletivas na educação infantil, que é o que consta nesse papel distribuído aos senhores. Não posso deixar de falar isso. Somos mais que educadoras, somos profissionais, também e quando falamos de férias coletivas na educação infantil nossa primeira justificativa, foi a qualidade para a criança. Em momento algum, falamos sobre profissionais, sobre professores que nós precisamos de férias. Férias nós teremos. Quando falamos de férias coletivas na educação infantil, estamos pensando na criança. Porque pedir para essa criança 365 dias dentro de uma escola, é desumano para a criança. Eu vou ter férias. As professoras CEI vão ter férias. Enquanto a criança. Desculpa quem distribui esse ... Mas foi muito infeliz nas frases que estão aqui. Em relação ao Plano Municipal de Educação, venho, aqui, enquanto professora, pensar sim, na redução do número de crianças porque não posso falar em qualidade quando tenho 35 crianças em salas de aula, para uma professora. Uma criança de quatro anos, não tenho qualidade nessa oferta de atendimento. Dobrando, pensamos: são 75 crianças que essa professora atende todos os dias. São 75 indivíduos. Não posso copiar e colocar uma avaliação dessa criança. É inadmissível. São 75 pessoas que estou atendendo todos os dias.

Outra questão diz respeito a unificação que também defendo a questão da unificação da educação infantil. Sou de EMEi, tenho a mesma formação dessas professoras que estão trabalhando nos CEIs e não creches. Que hoje estamos no Município de São Paul, estamos falando de um Plano Municipal de Educação, e aqui em São Paulo é CEI – Centro de Educação Infantil. E a mesma formação, o mesmo currículo,. Porque não a unificação? Vamos acabar com esses muros. Esse muro de CEI, EMEI, está ultrapassado. As crianças são as mesmas, as professoras são as mesmas. Então a qualidade tem de ser a mesma. Mais uma coisa. Estamos aqui, vale lembrar, para resolvermos o Plano Municipal de Educação e não

problemas sindicais. Problemas sindicais temos as mesas de negociação para resolver lá, lembrando que não somos professorinhas antigas. Somos professoras, educadoras formadas! Palmas.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. Com a palavra a Sra. Ivaniria, professora de Educação Infantil.

A SRA. IVANIRIA – Bom dia a todos. Quero também, como minha amiga professora Sheila, que me antecedeu, dizer que estou super indignada com essa questão e posso dizer assim: tenho 25 anos de CEI e não me sinto professora antiga e nem desinformada. Ao contrário, sou muito bem informada e tenho um excelente trabalho e posso apresentar meu projeto pedagógico que estou desenvolvendo na minha sala de aula, hoje, a quem quiser e dizer que eu não deixo a desejar a nenhum professor aqui. Em segundo lugar quero dizer o seguinte: defendo muito a unificação e dizer que essa unificação está dentro do plano de Governo do nosso Sr. Prefeito Fernando Haddad. Não existe mais essa questão de CEI/EMEI. Defendemos muito a educação, porque é a criança é a mesma. Os projetos, bem se dizer que são desenvolvidos nos CEIs eles dão sequência na EMEI. Os professores acabam, na questão da avaliação que ultimamente estamos trocando as avaliações, a EMEI acabam dando continuidade ao nosso projeto pedagógico do CEI e acreditamos ser inconsistente essa questão dessa divisão. A formação exigida é a mesma para os profissionais. A criança é a mesma. Geralmente sempre tem um CEI e uma EMEI do lado, e aquela criança que está no CEI, está indo para o EMEI. Acreditamos que não há mais à necessidade dessa divisão. É o que defendemos. Basicamente era o que tinha a passar. Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. Com a palavra a Sra. Joelia Aguiar, do SEDIN.

A SRA. JOELIA AGUIAR - Bom dia a todos. Sou professora Joelia, de Educação Infantil, do da direção do SEDIN. Temos algumas propostas para educação infantil e na defesa da unificação da educação infantil. Costumo falar para as pessoas, em visitas as escolas, que

temos de ser inteligentes. O grande problema não é a unificação, adequação do espaço em ambiente, e nem das propostas encaminhadas sobre Educação Infantil.

Uma das grandes problemáticas que enfrentamos é o preconceito. Quando falamos em unificação, alguns profissionais dizem o seguinte: “Mas como unificar, como se existisse, por aí, duas Educação Infantil e isso fosse normal: CEI e EMEI, com a mesma faixa etária, os mesmos profissionais, os mesmos espaços.

Nós não compreendemos como isso está na cabeça de algumas pessoas, que o tempo todo dizem que é impossível. Não é impossível. Isso é que é normal.

Então costumo dizer: temos de ser inteligentes o suficiente e formular uma proposta pegando o que há de melhor nos Centros de Educação Infantil, recentemente, há dez anos na Educação – de zero a 3 anos – e o que já tinha na EMEI, ou seja, a melhor jornada, os melhores espaços, as melhores propostas de espaço e ambiente, férias coletivas e recesso. E tem, pois as EMEIs conseguem fazer. Aliás, tradicionalmente faziam.

Quando os Centros de Educação Infantil transitaram para a Educação, não se pode fazer, todas as vezes que chega o período de recesso e de férias, existe algo na sociedade não trabalhado – recentemente é que os Centros de Educação Infantil estão na Educação –, que é impossível ser mudado devido à jornada das famílias com o trabalho.

Mas, é evidente que se trabalharmos isso – como falou a professora Lizeth – nas nossas comunidades, com nossos pais, explicando a eles que as crianças precisam de férias. É natural. Professor tem férias. É natural. Está na Constituição. É um direito.

O que temos de discutir com as famílias é a organização da escola, seja com o período que se reforma, que se pinta, limpa a caixa d’água, e, assim, se planeja melhor.

Esse é um tema extremamente pertinente e natural que, entre nós, profissionais, trabalhadores, Poder Público, temos de sentar e conversar sobre isso. E é simples ligar uma coisa à outra. Já existe CEMEI na cidade de São Paulo, mas foi colocada num espaço, num ambiente inadequado. Então, assim, consultar onde já existe é extremamente possível.

Com relação ao atendimento da demanda de Educação Infantil, a redução do número de alunos, eu concordo plenamente com a fala da professora Elizeth. O Estado não atende Educação Infantil.

No último governo, eles pegaram as 19 escolas de Educação Infantil que havia no Estado e passaram para a Prefeitura. E, simplesmente, não atendem mais.

Então, queremos sim: redução do número de aluno por sala de aula. Isso é qualidade no atendimento às crianças.

E se não pararmos para falar sobre isso, vai sendo empurrado para debaixo do tapete e o número de conveniamentos vai aumentando. Não que sejamos contra as conveniadas, mas atendem em condições precárias. Por que não ter a mesma qualidade da rede direta? Temos de cobrar isso do Governo.

Só que eu também tenho uma crítica a fazer para fazer às conveniadas. Um pouco de acomodação. Nós da rede direta sempre fizemos o enfrentamento para melhorar. Acho que tem de haver enfrentamento. Não podemos nos acomodar. Muito obrigada.

O SR. _____ - Próxima inscrita é a Sra. Maria Benedita, Benê, do Sinesp.

A SRA. MARIA BENEDITA (Benê) – Bom dia a todos, bom dia à Mesa, profesora Lizeth, pois, toda vez que a gente vem para uma audiência pública, procuramos fazer uma lição de casa.

E aí, algumas das falas da professora faziam parte da minha lição de casa. Uma - e até falei para minha colega: ela precisa parar se não vou ficar sem nada para dizer – é a questão das atribuições do Fórum. Realmente houve um excesso.

Houve um excesso de atribuições para o Fórum Municipal de Educação, que não condiz com as atribuições que estão no Fórum Nacional de Educação.

O Fórum Municipal se constituiu há pouco tempo. Elencamos, ficamos dias trabalhando para formatar as atribuições dele, e aí tivemos – como surpresa – que o Plano está extrapolando. Então seria interessante que fosse colocado no devido lugar essa questão.

A outra é sobre o Ensino Fundamental. Gostei muito da Estratégia 68, onde tem a garantia da valorização do projeto político pedagógico da escola. Estamos vivendo, aqui, no Município de São Paulo, algo que até achei muito interessante: o nosso Diretor Didoti, numa das reuniões com o Sindicato, colocou uma questão que é real, ou seja, que o Município de São Paulo ficou de costas para o Governo Federal esses anos todos. Mas, agora, ele ficaria de frente para todos os projetos do Governo Federal.

Entendo que está ficando muito de frente para o Governo Federal. Não podemos esquecer que temos o ensino, municipalizado sim, mas com mais de 50 anos – é muito tempo de luta – e têm de ser valorizadas as práticas da escola.

Portanto, temos de garantir, independente dos programas que venham do Governo Federal e até do Estadual, mas não podemos abrir mão do nosso saber, do nosso projeto que tem de ser desenvolvido, tem de ser aprimorado, mas não pode ser relegado.

E também em relação ao Ensino Fundamental, eu senti muita falta – que no Plano Nacional tem – de uma estratégia com relação às atividades esportivas. Temos de pensar nas habilidades esportivas nas escolas.

Todos nós que trabalhamos e militamos no ensino, sabemos a importância da prática esportiva no Ensino Fundamental. E nas estratégias contidas no Plano não há nenhuma sobre isso. E deveriam ser colocadas.

E a Educação Inclusiva? Na hora que fomos estudar o que tem aqui de Educação Inclusiva, ele não está muito adequado ao que diz o Plano Nacional, que é o seguinte: “Os municípios deverão compor os seus planos ou adequar os que já existem, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional”, mas não descola.

Quando se trata da Meta 8, que é a Educação Inclusiva, a maioria das estratégias é reprodução idêntica do Plano Nacional. Mas, na hora de ler, não encontramos nossa rede desassistida aqui. Não tem meta.

O que estamos entendendo? É que tudo que se vai fazer é no prazo de dez anos, ou seja, da duração do Plano. Não tem assim: no prazo de quanto tempo vamos conseguir isso ou aquilo. É tudo maravilhoso, mas não se fala em tempo, e não se aponta quando que vai ocorrer. Isso é muito sério.

Temos crianças, e o Plano menciona a Meta 8 o transporte acessível, mas queremos mais que isso.

nós queremos mais que transporte acessível. Precisamos e um transporte adequado. Finalizando, ainda em educação infantil, não faz menção rede privada que existe muito aqui no Município de São Paulo. As redes conveniadas, tudo que já foi levantado, tinha de ter alguma estratégia do acompanhamento, do assessoramento pedagógico, da garantia da qualidade desses espaços. É uma rede imensa, a rede privada. A responsabilidade é do Município de São Paulo. Responsabilidade constitucional de verificar, de garantir a qualidade do ensino é do Município, e não consta nada aqui na meta de educação infantil. E o que existe de carreira para ampliação de convênio, nós também consideramos no SINESP que essa estratégia está muito vaga. A 52, investir em unidades públicas de educação infantil diretas, limitando-se o atendimento na rede conveniada as matrículas anteriormente, realizadas. Anteriormente a quê? Quando? Não fala, se é quando da edição do plano. Isso aqui nunca vai acontecer. Não fala anterior a quê. Precisaria mesmo rever isso daí. Acreditamos ser louvável. Outras coisas que tem no Plano, por exemplo, a redução do número de alunos por sala. Isso é maravilhoso, a recuperação, a volta para o ensino da rede indireta. Também é uma meta, principalmente considerando que está aí no cenário nacional que há um risco da terceirização que estamos correndo. A hora em que aprovar que a terceirização pode ser dada para

atividades fins, nós todos da educação pública servidores estamos correndo o risco. Porque educação, terceirizar fins, abre o leque todos. Muito obrigada!.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. Com a palavra a Sra. Janaina Maldonete, do Fórum Municipal de Educação Infantil.

A SRA. JANAINA MALDONETE – Olá, bom dia! Primeiro, gostaríamos de parabenizar a relatoria da Comissão de Educação, pelo processo democrático. Acredito que a divulgação das audiências públicas com antecedência, da proposta de minuta do plano, acredito que isso vai mostrando um lugar dessa Casa, como um lugar democrático, não como um lugar meritocrático. Primeiro queremos ressaltar. Depois temos alguns pontos da proposta do substitutivo que consideramos importante enfatizar e temos algumas propostas de inclusão. Vou tentar equacionar o tempo para apresentar todas essas questões. Uma delas diz respeito ao atendimento direto na Educação infantil. O que estamos discutindo e o fórum tem tido uma preocupação muito grande de ampliar e qualificar esse debate. Temos clareza de que não é possível atender a demanda das crianças em atendimento direto em curto prazo, concordamos com o que a professora Lizete trouxe dos cinco anos para o congelamento, para podermos fazer isso de uma forma mais possível. Nem negar as organizações que vem atendendo as crianças pequenas, não se trata de comparar, mas o que estamos discutindo é que o Poder Público precisa se responsabilizar pela educação e cuidar das crianças pequenas. Essa é uma opção política e por isso precisamos inverter progressivamente essa modalidade até a garantia do atendimento direto de forma universalizada. Porque o atendimento conveniado, tem sim, por trás uma concepção de educação infantil e de criança e do atendimento para as crianças pequenas na cidade, o País. Uma concepção que se segrega a crianças pobres com atendimento de baixo custo, com profissional com baixos salários, pouca ou inexistente participação das famílias. Cabe pensarmos, porque o atendimento só é conveniado, na educação infantil de 0 a 3. Tem por trás uma ideia do que é o atendimento para os bebês e

para as crianças bem pequenas na cidade. Precisamos aprofundar esse debate, trazer esse debate de uma forma mais qualificada.

Outra questão é a relação adulto criança, quando falamos em educação infantil, estamos tratando de crianças bem pequenas que estão descobrindo o mundo. Isso em todos... Aliás a relação adulto e criança, para todos os níveis de ensino, como estamos falando da Educação Infantil, então especificamente, na educação infantil em uma importância fundamental. As crianças pequenas estão descobrindo o mundo, estão aprendendo sobre práticas sociais do mundo. Estão aprendendo o que esse mundo e como esse mundo é. Para isso precisam interagir com seus profissionais. Os profissionais precisam conhecê-las mais detalhadamente. Como você faz isso com uma quantidade grande de crianças. Esse é um ponto que consideramos muito feliz. Terem delimitado essa relação de uma forma responsável, que não foi na cabeça, mas que tem estudos que vão mostrando essa proporção.

Tem outras questões que não dizem respeito a educação infantil em si, mas que a gente queria ressaltar que é a inserção da meta de financiamento e junto com o CAC, a questão dos planos de educação regionais, levando em consideração a Cidade de São Paulo, considerada muito grande, com muita variação e pensar em planos de educação regionais, entendemos ser um grande avanço e o monitoramento do plano. E aí nessa perspectiva, o fortalecimento do fórum Municipal, do Creci, da organização das conferências como estratégias de controle social.

Outra questão, questão das férias. Entendemos a importância das férias, dos educadores, acredito ser consenso dentro do fórum, mas é preciso pensar nessa questão de forma mais apropriada. Quando falamos de crianças bem pequenas é preciso construir um plano de vínculo. Não dá para gente pegar, tirar as crianças do espaço de referência, do educador de referência em um dia, e no outro dia colocar o bebê em outro espaço, com outros educadores, com outros lugares. Precisamos pensar de forma mais profunda, mais responsável, essa questão de como é que vamos garantir o direito à férias, mas sem prejudicar

esse vínculo que as crianças tem os espaços e com os educadores. Trago esse debate no sentido de que qualificássemos mais. Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. Com a palavra a Sra. Ana Melo, do Fórum Municipal de Educação Infantil.

A SRA. ANA MELO – Bom dia a todos. Destaco o trabalho que o Toninho e o Vereador Reis vem realizando. Ao longo desse ano e ano passado o Fórum de Educação Infantil do Município tem estado junto e os Vereadores, responde a gente com máxima dedicação, muito obrigada, em nome do fórum. Vou continuar na questão das férias. É histórico, estou vendo as companheiras do CEDIN, a Benê, Lizete, quer dizer, somos, companheiras que estamos ai nesses 30 anos lutando, daí a reação da companheira do CEDIN contra o pessoal de olho na escola e precisa tomar cuidado, são guerreiras essas mulheres gente, são mulheres que fizeram essa educação infantil do município eu as conheço do dia a dia dentro de creche porque dirigi uma, sei do que era e o que foi construído, sei da dedicação dessas mulheres para fazer o magistério presencial de segunda a sábado, foi assim que essas mulheres se formaram, num curso de magistério presencial que o Brasil inteiro pegou como modelo. Material produzido por elas mesmas, trazido numa devolutiva presencial, então, quero deixar aqui marcado nessa Casa que essas mulheres não são professorinhas não, isso também me incomoda, mas vamos para frente. O debate é sempre saudável. Quero dizer que na questão das férias, evidentemente, que as companheiras têm direito às férias e elas tiram durante o ano inteiro.

Eu como fui gestora durante 25 anos tive um problema que era muito grave e não foi colocado aqui nessa manhã. Cada mês duas ou três professoras saem de férias. A gente fica com as 150 crianças sem a mão de obra porque essa Prefeitura nunca resolveu, ao longo da sua história, a substituição de férias porque a gente sempre foi considerado dentro da assistência como algo de segunda. Então, é muito natural que respingue histórias como essa

por isso que o fórum cada vez mais luta para juntar EMEIs, creches e centros de educação infantil e já está para lá da hora.

A ideia era terminar os cursos e isso ia acontecer. Claro que ficou a cultura para a gente lidar e essa temos de enfrentar no debate, saber ouvir. Quero fazer um destaque sobre a medicalização. Nos viemos discutindo isso nacionalmente no CRP Federal, também sou psicóloga. Agora também precisa tomar cuidado para tirar o 3.7, 6.10 e o 10.26 ou para reescrever porque uma coisa é a gente ser contra o diagnóstico, diagnóstico é igual ritalina. Outra coisa é admitir que estamos cuidando de uma escola heterogênea cada vez mais, são 85% de brasileirinhos dentro da escola e os professores estão com 20 ou 30 crianças, sem nenhuma retaguarda.

A retaguarda pedagógica não responde, é para poucos casos, mas o que a gente anda defendendo no fórum é o diagnóstico diferencial. O que é isso? Tem na legislação, nas diretrizes nacionais para a inclusão de crianças vai ter lá o que chamamos de diagnóstico diferencial. Daí a importância, que é uma discussão antiga também, da interdisciplinaridade das secretarias. Nós temos de cuidar da infância dessa cidade e em todas as secretarias. Precisamos sentar juntos, fazer núcleos que atendam e que façam colegas do fórum de medicalização diagnósticos diferenciais.

O psicólogo, o fonoaudiólogo, os especialistas todos, daí sim um resultado diagnóstico. Agora quando cai na mão da psiquiatria só ou na mão da neurologia o resultado é uma visão. Não queremos descartar essa visão, claro que ela é importante, agora, não pode ser que entrem 200 crianças, 50, que é um índice que vi outro dia, em poucas escolas ainda, não é essa porcentagem, precisam de ritalina. Não é o caso de que remédio é esse agora, mas é um índice muito alto.

Algumas crianças precisam de tratamento porque também tratar e banalizar, dizendo que não precisam é um erro. Os professores estão desesperados com a heterogeneidade que foi se desenvolvendo e foi bom, nós lutamos para isso, lutamos também

pela pedagogia, que tem de coordenar essa interdisciplinaridade, mas também não vamos entregar para única professora fazer tudo. Estamos defendendo um diagnóstico diferencial e eu gostaria muito de conversar com as companheiras e que esses itens permaneçam no plano.

Vamos retomar a passeata dos bebês que foi feita em 1975, na quinta-feira, dentro da USP às 8h, vai sair da porta da creche central até a reitoria. Estamos lutando por uma universidade democrática que atenda crianças e que discutam infância em todo o seu desenvolvimento. Todos estão convidados.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil, da UniGlobal Trabalho.

O SR. LAERTE BRASIL – Laerte Brasil, Presidente Mundial da UniGlobal Trabalho Cidades. A nossa central tem uma das metas, vamos dizer, universal de nações, que é para construir e reconstruir uma nova sociedade para o novo mundo do trabalho e empreendedorismo.

Primordialmente, é preciso investir em políticas públicas de Estado de formação do novo cidadão, que é a criança, o adolescente e a juventude. Sem esse investimento o Planeta não anda e a gente não avança para uma nova construção da sociedade.

A central tem o observatório internacional da boa forma física do corpo humano e os dados que temos na cidade de São Paulo é de 14.5 de crianças e adolescentes na rede pública obesas e temos 68.5 acima do peso e 89% das crianças e adolescentes da rede pública não tem condições físicas de subir uma escada ou então correr 100 metros rasos.

Por isso elencamos nesse novo plano a inclusão de uma meta que seria a inclusão das atividades esportivas dentro das escolas públicas de São Paulo. Inclusive, um projeto de iniciação esportiva que seria de 5 até 10 anos uma iniciação de pelo menos 15 modalidades esportivas e para as crianças de três a quatro anos seria a iniciação da modalidade esportiva do xadrez dentro das escolas públicas de São Paulo.

A escola é igual a um time de futebol. Um time de futebol tem 11 atletas em campo e 11 reservas. Então, a minha proposta é que a Secretaria de Educação possa contratar 10% de professores para reserva, quando sair um professor de férias, aquele da reserva estará de prontidão para assumir aquela atividade e também exercer outras.

Parabenizo a fala da professora Elizete e também os Vereadores Vespoli e Reis, Presidente desta Comissão. Parabenizo a presença de todos aqui reunidos para debater o futuro da educação de São Paulo.

Obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Obrigado, Sr. Laerte Brasil.

Tem a palavra o Sr. Tiago César, da UMES.

O SR. TIAGO CÉSAR – Bom dia a todos. Atualmente sou vice-presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas - São Paulo e sou estudante da ETEC Getúlio Vargas.

Saúdo todos. Gostaria de ressaltar dois pontos. Na meta 2, na questão de reduzir progressivamente, até o quinto ano de vigência deste plano, a relação de criança por professor - na relação de alunos por sala - para que, após o cinco anos, que se tenha um congelamento desses estudantes. Assim, a qualidade de ensino será melhor e o professor vai ter mais autonomia para dar aula.

Na proposta de substitutivo, no artigo 10, o Plano Municipal de Educação da Cidade abrangerá prioritariamente o sistema municipal de ensino. Gostaria de ressaltar que, como estudante de escola técnica, se estamos discutindo sobre um plano de educação de qualidade para todos, uma escola pública de qualidade, é importante que possamos incluir também as escolas de ensino técnico estaduais, além das universidades instaladas aqui.

Para um aluno que está no ensino municipal – EMEIs, EMEFs e etc. – no futuro poderá ir a uma escola técnica estadual ou para uma universidade pública. Então, temos de priorizar a escola pública, a escola técnica, a universidade e assim em todas as proporções junto com o ensino municipal. Gostaria que isso fosse incluído.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Obrigado.

Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira, do MR Conopi

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Bom dia a todos. Sou do MR Conopi, Movimento de Resistência em Apoio ao Orçamento Participativo de São Paulo, aliás, prática tão importante, inclusiva, deliberativa e até tão revolucionária que até governos pretensamente democráticos e populares parece que põem na gaveta. É lamentável!

O mundo clama por mais participação e, atualmente, a participação na cidade de São Paulo é quase nula. Isso tem muito a ver com a questão da educação.

A crise toda que estamos vendo em São Paulo passa – é impossível falar nela sem falar de questões estruturais da cidade de São Paulo, da gestão em São Paulo – pela descentralização. Por que a descentralização parou e está regredindo? Se a Lei 13.399, de 2002, desta Casa, que criou as Subprefeituras e prevê uma Coordenadoria de Educação autônoma em cada Subprefeitura, por que se reduziu - pelo Prefeito em 2005 - de 31 para 13 Coordenadorias de Educação e até agora isso não mudou? Por que o descumprimento dessa legislação? Por que o pai, a mãe, os alunos, professores do Jabaquara, por exemplo, um distrito importante, limítrofe, com mais de 200 mil pessoas, têm de discutir a questão educacional em Santo Amaro, que tem outra característica? A região de Cidade Tiradentes, por exemplo, tem de discutir em Guaianases. Onde está a democracia nisso se existe uma estrutura de Subprefeitura para essa discussão?

Então, urgentemente, a questão da descentralização tem de ser colocada porque isso afeta diretamente a educação bem como a questão da expansão da rede. Não é possível, em 2010, 365 dias, - esses são dados do Tribunal de Contas – ter-se criado uma nova creche direta contra 74 conveniadas. Isso foi na gestão do Prefeito, que me recuso a dizer o nome, assim como do Secretário, que também me recuso a dizer o nome. Enquanto houver essas pessoas que não querem nada com educação, com seriedade pública, nada vai avançar.

A participação democrática, deliberativa, inclusiva, a questão da regionalização desta discussão. Solicito e imploro à Câmara de Vereadores que traga a discussão deste Plano para a zona Leste, zona Sul, zona Norte e zona Oeste. Uma cidade como esta, com 11 milhões e 400 mil habitantes, maior que a república de Portugal, não pode a discussão ficar centralizada na Câmara Municipal de São Paulo. A população carente tem o direito e o dever de discutir as diretrizes decenais da educação de forma participativa, por isso é absurdo o Plano Diretor aprovado nesta Casa, no mês passado, ter empobrecido a questão da educação. Não é possível que o Plano Diretor regrediu na perspectiva para 10 anos o que não se fez em 12 anos. A educação está muito mal tratada no Plano Diretor que acabou de virar lei.

A obrigatoriedade do orçamento participativo na Educação desapareceu. Por que tanta agressão aos direitos participativos e deliberativos da população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Maria Célia Gonçalves, Profa. de educação infantil e fundamental.

A SRA. MARIA CÉLIA GONÇALVES – Bom dia. Estou nervosa, é a primeira vez que falo aqui. Não estou representando nenhum sindicato, nenhum partido, estou representando as minhas colegas de trabalho dos centros de educação infantil, das EMEIs e do ensino fundamental.

Vou fazer um repetição, um repeteco de tudo que todo mundo já falou aqui.

Não é ideal cinco crianças no berçário. Vejam o tamanho da minha perna. E eles, quando chegam, normalmente não andam, então eles precisam do colinho – dois em cada lado, em cada perna, você sentada no chão, e eles querem esse espaço aqui também para pôr a cabeça. Não sobra espaço para eles. Se vamos falar em ideal, então são quatro crianças, porque quatro cabem no meu colo, mas mais que quatro não cabe. E assim vai levando para as outras turmas.

Nessa primeira turminha, quatro sete crianças, e depois pula para 25 daqui a três anos. Essas outras crianças não precisam de carinho, afinal de contas já têm três anos. É muito, já estão velhos, não precisam mais desse carinho, desse contato. E lá no fundamental, então, pelo amor de Deus. Na EMEI, como é que pode? A professora não precisa nem tocar o aluno, basta que fiquem sentados nas mesinhas, de longe, que esse afeto, esse carinho já é suficiente. Então temos de pensar bastante nisso.

Sinto muito que o recinto não esteja cheio de professores CEI, que deveriam estar, para reivindicar. Então gostaria que os senhores Vereadores, já que só dois, apenas dois, mas que bom que são dois que estão neste plano, que façam a diferença, e que nós possamos dizer depois que os senhores fizeram a diferença. Nessa gestão foi feita a diferença.

Falaram sobre os pais participarem mais da escola.

Nas nossas escolas já temos reuniões de pais aos sábados, de manhã e à tarde, para atender os pais que trabalham à tarde e que trabalham de manhã. E aos sábados também nós vamos. Então isso já se faz, não em todas as escolas, mas já se faz, inclusive nas escolas em que eu trabalho. Mas eu não posso ir à reunião da minha filha, porque eu tenho professor suficiente no módulo para me substituir. E o que eu explico para a minha filha? “Filha, você já está grande, eu converso com os seus professores pelo telefone”, porque os bebês não podem ficar sozinhos, não têm quem fique com eles. Lá não tem professor suficiente. Ah, foram contratados tantos professores? Mas na minha escola não chegaram esses professores.

É só isso. Obrigada.

P – Tem a palavra o Sr. Adelson Queiroz, do Sinpeem.

O SR. ADELSON QUEIROZ – Bom dia a todos os presentes.

Levantei-me hoje com certa preocupação de aqui estar discutindo um pouco a situação da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, e quem é responsável por isso. Mas, em meus 40 anos de ensino, eu fiquei muito preocupado com isso. Que bom que tem democracia, que bom que todos podem falar, mas devemos conhecer o que falamos, o

que fazemos. Isso aqui é uma afronta. Eu não vou aqui rasgar esse trabalho, porque a pessoa deve estar sabendo bem o ela fez. Começa dessa forma: movimento comunidade de olho na escola pública. Gostaria muito que fosse o movimento de olho na educação da nossa Cidade e do nosso País. Esse é o primeiro caso.

Segundo, colegas, a Constituição garante a profissão para professores e professoras. No CEI, há também professores. Estamos aqui. Eu, por exemplo, sou coordenador pedagógico de uma EMEI. Isso é uma afronta a todos nós, educadores em todos os níveis. Portanto, muito cuidado ao escreverem esse tipo de coisa.

Tenho três filhos. Todos vieram da escola pública. Respeito quem tem os filhos nas escolas particulares; mas essa frase dos profissionais da Educação que tiram seus filhos na escola pública e os colocam na particular é mais um respeito a nossa sociedade como um todo. Portanto, infelizmente, a minha indignação é tanta que perdi com esse papel que merecia isso.

Como profissional de Educação, e, neste momento, na Educação Infantil, e, como representante do sindicato, Sinpeem, digo que a meta 2 é muito bem-vinda e nós deixamos um documento já com algumas análises, com quase todos os componentes nessa manhã. Precisamos realmente aprofundar um pouco mais todas as discussões que estamos fazendo. Deixamos algumas sugestões com a Mesa, para a continuidade do nosso trabalho. Desculpem-me, eu estou muito motivado(?), infelizmente, por um documento que não merece nenhum respeito.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra o Sr. Arnaldo Ribeiro, da Aprofem.

O SR. ARNALDO RIBEIRO – Bom dia a todos, especialmente à Mesa e particularmente à Profa. Elizete Arelaro, pelo pronunciamento que fez. Sempre que eu a ouço, particularmente, vejo as suas intervenções como uma aula, com palavras com precisões cirúrgicas sobre a questão. Fico muito agradecido pelas suas observações, não só as de hoje.

Sou professor Fund-2 no município, supervisor aposentado na Prefeitura e membro da diretoria da Aprofem. Fui diretor no Estado e professor na rede estadual também. A minha

intervenção aqui é mais com relação a alunos com superdotação. Embora o conteúdo da meta 8 faça referência plena a isso, entendo que os alunos caracterizados ou considerados como superdotados ou com altas habilidades também deveriam também ser recenseados, porque tanto aquele que tem necessidades especiais, o aluno com superdotação nem sempre é bem entendido. A atuação dele pode ser de rebeldia, indisciplina; e o resultado é que ela fica sendo deixado de lado. O professor trabalha pela média. Com esse número de alunos em salas de aulas, não há condições de serem atendidos os dois extremos, aqueles que necessitam de atenção especial por deficiência própria e aqueles que têm uma habilidade maior, uma superdotação ou que estão além da média da classe, que também precisam de atenção. O professor acaba optando - não há outra saída - pela maioria. A situação desses extremos é difícil e vai se agravando cada vez mais.

No âmbito da Prefeitura, no setor público, há lei-decreto sobre isso, só que nós demos uma atenção mais para necessidades especiais, e altas habilidades não. Agora, no setor privado, há até uma associação com relação a isso, tanto que conversando com membros da diretoria, um que está desenvolvendo um trabalho até de dissertação para doutorado com relação a isso, tenta mostrar a utilização do potencial de superdotados numa fase posterior da vida, até pelo crime, quando alguns vão ao suicídio. Esse é um assunto muito sério, que deveria estar sendo bem atendido, contemplado e visto com carinho pelo plano, porque isso não se refere apenas à rede pública, mas para todos.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra o Sr. Gilberto, do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.

O SR. GILBERTO – Bom dia a todos. Primeiro ponto, eu concordo plenamente com a Sra. Elizete, quando diz que a estratégia tem que ser qualidade de ensino. Essa tem que ser a meta. A questão não pode ser o número de classes e alunos, mesmo porque quando se fala em redução de número de alunos por classe, a gente está se baseando sempre nesse sistema tradicional de ensino que existe aí, e não está pressupondo novas metodologias de ensino. Por

exemplo, há escolas que são inovadoras, que têm a metodologia de ensino por meio de grupos de pesquisa, e ficam excluídos disso. Pode haver algumas ações de redução de alunos por classe, mas esse não pode ser o objetivo exclusivo; mesmo porque isso tinha que ficar condicionado ao projeto pedagógico da escola. É ela que vai estruturar e se organizar de acordo com o seu projeto pedagógico. Em determinados momentos, nós podemos até dizer que vinte estudantes por classe é muito. Pode haver momentos em que pode haver 50 ou mais alunos, dependendo de qual é o objetivo daquela exposição. Essa é uma reivindicação muito grande de professores geralmente, não eu acho que a gente não pode ficar exclusivamente ligada a essa questão aí.

A qualidade de ensino deve ser a estratégia, e haver mais liberdade para as escolas elaborem o seu projeto pedagógico. Digo isso porque o conselho de escola perdeu essa iniciativa que tinha antes. Ele não tem mais essa iniciativa agora. Então, a escola que tem que elaborar o seu projeto pedagógico e organizar, em função dele.

Há outra questão que acho que tem que ser levantada, da autonomia das escolas. As escolas têm autonomia de elaborar o seu projeto pedagógico, mas ficam restritas a uma legislação de como organizar a escola em função do projeto pedagógico. Encontram dificuldades enormes aí. Por exemplo, o professor, o educador pode pedir transferência, pode selecionar a escola que quer; mas a escola não pode selecionar o corpo de recursos humanos que precisa. Se ela elabora o seu projeto pedagógico, é justo que ela também selecione os professores e demais recursos humanos, em função desse projeto pedagógico, de quem se identifica com esse projeto pedagógico, mas ela não conta com isso. Então, às vezes, ela tem um projeto inovador, mas não consegue avançar nesse projeto, devido a essas questões.

Outra questão importante, além da parte administrativa: Ela tem autonomia financeira, não geral e restrita(?), porque há toda uma legislação que condiciona; mas, por exemplo, ela não pode ficar condicionada a certas rubricas. Já que repassam certos valores

para a escola, que tenha liberdade de direcionar aqueles recursos em função da sua proposta pedagógica. Ela poderia ter liberdade de selecionar.

Quando eu falo que a escola pode selecionar o corpo de professores, eu não estou dizendo que ela tenha liberdade de contratar professores. Não é isso. Ela pode selecionar dentro da rede.

Espero que esse Plano Municipal de Educação não seja contaminado pelas questões corporativas. Isso é muito importante. Concordo com a Sra. Elizabete, quando fala que há muitas estratégias e acabam não cumprindo nenhum, e as que cumprem, não são bem cumpridas.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Maria José, do GT Educação Nossa São Paulo.

A SRA. MARIA JOSÉ – Bom dia a todos. Primeiro, celebro a conquista do Plano Municipal de Educação. Eu estou aqui representando o Cenpec, Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária e o GT da Rede Nossa São Paulo de Educação. Sou uma coordenadora pedagógica aposentada da rede municipal de ensino.

Celebro a conquista do plano, a retomada participativa das discussões, apesar de termos esperado tanto, e a presença de especialistas que nos ajudam a pensar sobre esse assunto, como a Sra. Elizete, que está presente.

Considero três pontos de natureza pedagógica. O primeiro diz respeito às metas 3 e 4. A meta 3 fala de se aprimorar a qualidade do ensino. Nesse caso, eu e os companheiros sentimos falta de uma estratégia que se refere à formação continuada dos professores, ofertada pela Secretaria Municipal de Educação. É verdade que a formação continuada aparece em outros itens, mas deve estar atrelada à qualidade de ensino. São duas faces da mesma moeda. Eu sei que há alguns avanços na relação da formação em relação aos direitos humanos, mas gostaria que fosse também explicitado que essa formação tivesse como objeto

de estudo a própria prática docente e as áreas do conhecimento que também são fundamentais para o trabalho do professor.

Na meta quatro, quando a referência é a valorização profissional e uma das estratégias diz que garante a possibilidade do professor fazer pós-graduação *lato sensu, stricto sensu* e especializações em parceria com universidades públicas, gostaria de considerar que seria importante indicar que a priorização desses cursos estivesse voltada para questões da própria rede de ensino e para a própria Educação da cidade de São Paulo.

Finalmente, em relação à meta nove que trata da ampliação da jornada de tempo integral, considerar que valeria a pena a inclusão de um item em que as ofertas de atividades educacionais nessa ampliação de jornada estivessem integradas num currículo único na unidade escolar, portanto, integrado ao projeto político pedagógico e não como uma oferta de atividades isoladas em si mesmas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. Tem a palavra a Sra. Denise Carreira, da Ação Educativa.

A SRA. DENISE CARREIRA – Bom dia a todas e a todos, também quero parabenizar o trabalho da Comissão de Educação, dos Vereadores Reis e Toninho. Nós avançamos muito e temos de celebrar isso, depois de todo um processo de muitos desencontros e desmobilizações.

Também quero elogiar a fala da nossa Mestra, Professora Lizete, sempre trazendo elementos fundamentais para a gente qualificar nossa análise, nossa intervenção. E gostaria de trazer alguns pontos, primeiro, comemorar porque considero uma ousadia, a meta dois que coloca a dimensão da relação do número de crianças e adultos nas várias etapas e modalidades, de estudantes por turma. Esse é um elemento da qualidade assim como outras metas, mas acho que é uma ousadia firmá-la como meta dois.

Gostaria de propor também, com relação à Educação Infantil, a necessidade de fixar como estratégia a decisão das negociações entre Ministério Público e Poder Executivo com relação à garantia das 150 mil vagas em cinco anos. Acho importante fixar essa decisão nas estratégias.

Gostaria de discordar da Professora Lizete com relação à estratégia 5.12, que prevê a priorização ao acesso da Educação Infantil em áreas marcadas pelo índice de vulnerabilidade alta e muito alta. Entendo que é fundamental essa priorização considerando os estudos, inclusive, o estudo que fizemos pela Ação Educativa, Educação e Desigualdades em São Paulo, mostrando que há uma baixíssima oferta de Educação Infantil, lembrando que essas áreas são territórios, sobretudo, de população negra. Então estamos falando de população negra.

Também gostaria de discordar de uma companheira que falou anteriormente com relação à necessidade de retirada da estratégia 3.27, que fala sobre a necessidade da criação de um protocolo de encaminhamentos, com relação à denúncias de casos de racismo e outros tipos de discriminação na rede. Entendo que é fundamental a criação desse protocolo que vem traduzir e reforçar as legislações nacionais, sobretudo, o ECA.

Sobre a questão das férias dos profissionais de Educação Infantil e das crianças, essa é uma agenda fundamental e complexa e há a necessidade de pensar outras políticas, que também deem conta do desafio das férias das crianças para além da Educação. Ou seja, é necessário garantir as férias das crianças e das educadoras, mas também envolver outras políticas na construção de respostas às férias das crianças.

Por último, com relação à formação, meta 15, dizer da necessidade de também estabelecer uma estratégia que estimule as universidades responsáveis pela formação inicial dos profissionais de Educação, a acelerar a incorporação nos seus currículos do cumprimento das diretrizes nacionais aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação nas duas últimas

décadas. Há importantes diretrizes, como a diretriz referente à lei 10.639 e outras diretrizes que não foram incorporadas efetivamente nos currículos da formação inicial.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Eu que agradeço. O próximo inscrito é o Sr. José Adão Oliveira, do Movimento Negro Unificado.

O SR. JOSÉ ADÃO OLIVEIRA – Bom dia a todos. A Denise Carreira já falou alguns pontos que eu ia falar, mas quero realçar que o 17º Congresso Nacional do Movimento Negro Unificado, realizado na semana passada, em Salvador – BH, aprovou uma moção de apoio às audiências públicas realizadas em São Paulo. Na Mesa estavam quatro crianças negras escrevendo e isso foi registrado, documentado, simbolizando que no futuro do nosso país essas crianças estão esperando um avanço. E São Paulo como a maior cidade da América Latina tem um papel de liderança nesse sentido. Como diz o brasão: conduzo, não sou conduzido.

Quando me dirigia para cá uma senhora perguntou a um jovem onde era a Estação Marechal. Ele indicou no sentido contrário. Ela entrou no Metrô e foi para a Praça da Sé ao invés de ir para a Marechal. Então conduzo, não sou conduzido, às vezes, pode levar a sentidos opostos e a Educação que se ministra tem levado a direções opostas.

Nesse sentido, a meta 5.1, da universalização, que se realize em regime de colaboração, um processo censitário da demanda considerando os distritos administrativos da Cidade, sob a jurisdição das diretorias regionais de educação e os setores educacionais como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda efetiva. Colocar a subprefeitura – subprefeitura é muito amplo, umas tem 450 mil habitantes; outras, quatro milhões de habitantes -, é um colosso, não dá – temos de olhar de perto, olho a olho. Os distritos são delimitados, faz parte da Cidade a divisão administrativa.

Por exemplo, a DRE Butantã, eu achava que fosse só Butantã, do Rio Pinheiros para lá, mas abarca Pinheiros. Pinheiros tem um lugar alto de qualidade de vida e outro lugar muito baixo. Então, quando se distritaliza é possível verificar o que realmente é necessário.

Outra questão é que nesse censo se pode colocar as demandas da educação inclusiva, inclusive a questão da anemia falciforme, porque é possível elaborar uma parceria com o instituto de pesquisa e treinar os pesquisadores para identificar o que realmente é necessário.

Finalizando, a questão do projeto político pedagógico é feito por escola, mas deve abarcar o seu entorno. Desse entorno da escola, na proposta anterior, deve-se acrescentar o distrito, que é onde a escola está localizada.

Nas escolas há a entidade chamada CRE, que é o meio de participação dos pais e mães. O foco é a educação e estamos propondo a educação do distrito, a educação municipal, da própria Cidade.

Então, nesse sentido creio que deve se constituir os GTs de educação distritais, onde todos os cidadãos participam, nos vários setores como: esporte, cultura, meio ambiente, que é uma questão mais ampla, e interage com o projeto político pedagógico das escolas. E das GTs distritais evolui-se para os fóruns regionais de educação. E do fórum regional de educação vem para o fórum municipal. Teríamos um processo mais interligado e efetivo de implementação de um plano de educação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Sr. José.

Tem a palavra o Sr. Mauro Alves da Silva, do Fórum Municipal de Educação – São Paulo.

O SR. MAURO ALVES DA SILVA – Bom dia a todos. Cumprimento a Mesa, o Vereador Reis, o Vereador Toninho Vespoli, a Professora Elisete Alelar.

Sou Mauro Alves da Silva, do Fórum Municipal de Educação. Só para destacar, o Fórum Municipal é aquele que foi criado há 20 anos, viu professora? Não é esse fórum chapa branca, editado via portaria pelo Secretário, que foi criado para fazer as conferências municipal e nacional, o que não aconteceu.

Então, queria chamar a atenção de quem está nos ouvindo de que já aconteceram mais de dez audiências públicas para discutir o Plano. A gente fez a crítica, tanto sobre o PL inicial, quanto essa revisão, porque é um plano capenga e tem várias deficiências; não estabelece um cronograma exequível e tem algumas propostas que são totalmente contraditórias.

O Fórum Municipal de Educação sempre defendeu a questão da autonomia das escolas e a gestão democrática, o que não acontece nas escolas municipais e nem nas estaduais. Inclusive, é lamentável ouvirmos mais a palavra unificação do que autonomia, que fazemos questão de defender. Só que toda a movimentação, principalmente das corporações, é pela unificação.

Gostaria de não ser interrompido agora. Defendemos a educação integral em tempo integral e temos a destacar que professor que vai nos palanques falar que tem duas, três, quatro, cinco, dez turmas não nos sensibiliza, porque cobramos que o professor tenha uma dedicação integral.

No caso da Educação Infantil, acho inadmissível uma pessoa vir e falar que está cuidando de três, quatro ou cinco turmas. É uma realidade absurda. Não é admissível que a corporação compactue com isso.

Outra questão a destacar são as férias coletivas. Já tivemos, desde a época da Prefeita Erundina, essa problemática, da criança de zero a 4 anos, que não respeita calendário civil. Então se a criança em janeiro, a formação dela – principalmente daqueles três ou seis primeiros meses – tem uma dinâmica. Se ela nascer em outubro, tem outra dinâmica, não pode se adequar ao calendário civil para ter essa formação.

Tem ainda a questão da avaliação. Nós sempre defendemos que o melhor modelo de avaliação é o que é praticado na Educação Infantil e não esses modelos que ocorrem no Fundamental e Médio, provas e notas que, no final das contas, reprova ou promove o aluno, responsabilizando ele mesmo pelo seu ensino-aprendizagem.

No caso da Educação Infantil, você tem de fazer uma avaliação continuada, diária, pois a criança não está igual de um dia para o outro. Imagine, ficar 30 dias num recesso escolar e receber essa criança 30 dias depois.

E, como o papel aceita tudo, estamos notando que tem várias questões contraditórias. Por exemplo, tem obrigação de fazer o atendimento em período integral, reduzir as turmas, acabar com o conveniamento. Mas não vi nenhum estudo de custos. Até sugiro que a Comissão de Educação faça, pelo menos, um estudo junto com a Secretaria de Finanças, quais são esses custos.

Afinal, a cidade de São Paulo tem uma dívida de 54 bilhões. Era uma dívida de 11 bilhões no ano de 2000. Só com juros e correções viraram 54 bilhões. Todo ano, a gente paga. Já pagamos 24 bilhões, mas a dívida continua em 54 bilhões, sendo que todo ano é destinado 3 bilhões. Então é questão financeira também. Não adianta só colocar no papel.

Por último, propomos o ensino de tempo integral, os alunos na sala de aula e um maior comprometimento dos professores. Sugerimos que a comissão faça esse levantamento de custos.

E, finalizando, lembro que nas dez audiências anteriores, o Fórum Municipal de Educação apresentou uma proposta adequada, ajustada, do Plano Municipal de 99, que foi aprovado pela Comissão de Educação, mas não foi aprovado em plenário. E lá há respostas a vários desses questionamentos que estão ausentes nesse plano.

Quero dizer ainda que o Fórum Municipal de Educação já tem proposta. Inclusive esse PL 180/99, para quem quiser consultar, está nos anais da Casa, e ele atende essa questão do Fórum Municipal de Educação como espaço plural, democrático, priorizando a

sociedade civil. Não é um fórum chapa branca mediante portaria, de um secretário que amanhã nem pode estar aí. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) - Obrigado, Sr. José Mauro. Próximo é o Sr. José Luiz.

O SR. JOSÉ LUIZ – Bom dia, saúdo à Mesa e a todos os presentes. Acho que serei o último a falar. E, já foram ditas tantas coisas, tantas sardinhas puxadas para cada lado.

Gostaria também de falar, mesmo assim. Meu nome é José Luiz, sou da Consabeja – Conselho de Moradores do Entorno do Jabaquara. Sou conselheiro participativo e também represento, aqui, duas creches conveniadas, das quais sou Vice-Presidente.

Muito bonito certas coisas que foram faladas, mas, na realidade, todos sabem da dificuldade em poder fazer. É muito difícil mesmo.

Hoje, estamos vendo que 70% de nossas crianças são atendidas pelas creches conveniadas. Atualmente, estão ainda 150 mil crianças na lista de espera. Isso, na lista, mas deve haver muito mais crianças precisando de creches.

Acho até impossível acabarem com as creches conveniadas em cinco anos.

O que tem que ser feito é valorizarem mais as creches conveniadas. Até agora, elas estão servindo para educarem e atendendo a essas crianças. Então, o que temos que fazer é valorizar as nossas creches conveniadas. Talvez até seja interessante se criar um conselho gestor dentro da secretaria, para dar uma diferenciada no atendimento a tais creches.

Parabenizo o pessoal do Sitraemfa e Sedin pelo trabalho. Vemos a redução de crianças. Essa questão é importante.

Também ficamos pensando em questão financeira. Se já há 150 mil crianças na lista de espera, imaginem se a gente reduzir. Vamos ter que fazer muito mais creches do que está sendo previsto.

Eu fico avaliando. É bonito colocarem no papel e falar. O difícil é fazer. São Paulo tem condições de fazer sim. São Paulo tem condições em tudo. Coloquem, nessas empreiteiras, a responsabilidade de construir creches. Não é só levarem polos de prédios para

bairros e não construir. Elas também têm que procurar o social da Educação, construindo creches.

Como hoje eu estou representando os meus professores, os meus colaboradores das minhas duas creches que eu administro, temos que não só unificar CEIs e EMEIs, como também o salário, para que seja um só para todos, pois todos são iguais. Não é só um puxar a sardinha para o outro. Nós somos todos professores, nós somos todos colaboradores, e todo mundo tem o mesmo direito e a mesma capacidade. Sou contra acabarem com as creches conveniadas.

Sou a favor que as nossas crianças tenham mais educação, e que os pais e as mães sejam atendidos.

Há a questão da feijoada. Hoje os professores querem descansar no sábado e no domingo. Nós não temos condições de fazer um trabalho para levar os pais e professores nesses dias. Podemos fazer isso sim na semana. Quem sabe os Vereadores... Coloquem uma lei para abonar a hora de trabalho do pai e mãe, para que participem. A empresa poderia cobrar isso do pai e da mãe, para que possam estar indo às reuniões, verificando o que está acontecendo com os seus filhos, e eles participarem da creche. Isso é interessante. Cobrem dos pais.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Maria Adalgisa, mãe de aluno.

A SRA. MARIA ADALGISA – Bom dia a todos. Em primeiro lugar, o espaço democrático deve ser sempre bem-vindo e elogiado. Sou mãe de um aluno da EMEF Teresa Margarida da Silva e Orta, do Jardim Ângela. Sou também mãe de um aluno do Ensino Médio, deficiente físico, da EMEFM Prof. Linneu Prestes, em Santo Amaro.

Particpei das discussões iniciais sobre o Plano Municipal de Educação em 2010 na base, na nossa região. Particpei das conferências na época, e também das conferências em 2013. Lamentavelmente não chegamos até a conferência nacional, mas aguardo porque sou uma das delegadas representando o seguimento de pais. Não trabalho na rede da educação,

mas sou pedagoga e tenho muita satisfação de pensar que a educação está em discussão, porém o nosso momento nos pede que discutamos com mais seriedade esses pontos que estão sendo elencados.

Com relação às metas, o 3.5 que cita no único ponto que encontrei e me desculpem se está em outro e eu não me atentei para isso que é sobre os conselhos escolares e os grêmios estudantis. Uma gestão democrática não é possível sem a participação da comunidade em diversos momentos na meta 3 cita a participação popular, porém essa participação não é efetiva se de fato não acontecer dentro das escolas.

Solicito que se reveja nesta meta sobre as estratégias a forma de garantir a formação dos conselhos escolares e garantir a existência dos grêmios estudantis. Se não houver essa cobrança de que se garanta, ela pode ser apenas uma etapa a ser cumprida dentro da escola, com todo o respeito a todos os profissionais aqui presentes. Às vezes o pai não quer participar ou não pode e aquele que se dispõe, muitas vezes, é apenas colocado que participe de uma reunião onde muitas vezes é apenas o corpo docente que vai definir o que está sendo colocado. Então, é uma solicitação para que se pense melhor, mas que também, daí vai um apelo aos profissionais, que se incentive que aconteça dentro das escolas no seu plano pedagógico que aconteça um incentivo à participação democrática do estudante.

Que as crianças aprendam como fazer democracia a partir da sua própria participação dentro da sala de aula. Só para encerrar queria lembrar que no 5.5 fala da construção das escolas e quero lembrar que é bem difícil conseguir isso quando há tanta burocracia no meio. Tem uma CEI/EMEI pronta há dois anos e não é inaugurada, no Jardim Ângela, por conta de burocracia da Cetesb. Então, se não houver diálogo isso não vai acontecer.

O SR. _____ - Tem a palavra a Sra. Silvana Canônico, assessora do Vereador Reis.

A SRA. SILVANA CANÔNICO – Para não ser injusta, existe algum representante da Secretaria Estadual de Educação aqui no Plenário? Não. A professora Lisete, e é sempre bom estar com ela, para a gente que trabalhou no governo da Luiza Erundina, eu sou uma incansável defensora daquela gestão então sempre que encontro as pessoas com quem eu compartilhei, que para mim foi um dos melhores momentos da educação em São Paulo, meu coração fica cheio de alegria.

A professora Lisete falou sobre a questão da ausência do governo do Estado na discussão da inclusão nos municípios e que especificamente em São Paulo essa discussão fica apenas para o município. Então, com fiz parte, assim como o Edu e o Nilson, nós fizemos um GT de trabalho para discutir a relatoria e a Secretaria de Educação do Estado foi convidada para participar desse GT em todos os GTs. A Secretaria de Educação do Estado e as delegacias de ensino foram convidadas também para estarem presentes nas audiências públicas, que começaram a semana passada, e não estiveram presentes. A sensação para nós é que a Educação, que o Plano Municipal é para as escolas municipais. E a nossa discussão o tempo todo nos GTs era que o plano seria para a cidade de São Paulo. Fico então indignada de como a Secretaria Municipal do Estado se isenta discussão. A educação do Município de São Paulo é das escolas municipais... Não, estamos discutindo a educação da cidade de São Paulo e da cidade discuto as escolas particulares, que também sinto a ausência dos seus sindicatos, tanto no grupo de trabalho quanto nas audiências. Quando nós falamos da educação infantil, falamos das creches conveniadas, e a educação da infância nas escolas particulares? Nas escolas que são casinhas de dois dormitórios que abrigam sei lá quantas crianças e não tem gente formada?

Então, a ausência do Governo do Estado faz falta e não faz parte porque não quer discutir, recusa estar presente na discussão.

Muito obrigada.

(Palmas)

(NÃO IDENTIFICADO) – Tem a palavra a Sra. Daniela, Emebes Anne Sullivan.

A SRA. DANIELA – Bom dia. Sou professora da Escola Anne Sullivan, Escola Municipal Bilingue para Surdos. Venho fazer uma rápida consideração sobre o que a Lizete disse quanto ao item A, meta 8.6 sobre a formação de professores. Pelo que entendi da sua fala, ela disse que a formação dos professores das séries iniciais seria da responsabilidade dos cursos de Pedagogia. Não discordo, o problema é que os cursos de Pedagogia que existem não contemplam a formação de professores bilíngues. Ou seja, formação de professor cuja língua materna é Libras e a alfabetização e letramento em Português seria dado como língua estrangeira, uma segunda língua. Atualmente, no Brasil, o único lugar que tem o curso de formação de professores, chamado Pedagogia Bilíngue, é no Rio de Janeiro, no INES e é um problema porque desde 2011, a partir do decreto 52.785, em que ele criou as escolas bilíngues no Município de São Paulo, e ao todo temos seis só para surdos, a gente tem professores cuja formação é Letras, só que toda metodologia de ensino que aprendemos na faculdade é com o Português como língua materna. Quando vamos ensinar um surdo não podemos entender a língua portuguesa como materna, e na Pedagogia é a mesma coisa. Letramento e alfabetização de surdo a gente não tem como prever hipóteses fônicas de crianças surdas que aprendem a ler e escrever. Esse tipo de pesquisa, de estudo, de conhecimento e saber, não é produzido atualmente nas universidades paulistas. Aí defendo que esse item continue nesse plano para mostrar e indicar a necessidade da formação de professores. E não estou nem falando de formação continuada, mas de formação inicial. A gente precisa entender como fazer aproximação com a língua portuguesa como língua estrangeira. A gente não tem isso, não temos estudo sobre isso e nenhum professor hoje, formado nas melhores universidades de São Paulo, tem formação bilíngue. Ou seja, eles não têm formação, não tem capacidade de atuar com os alunos surdos, fazendo com que todas as Emebes, todos os professores de surdos façam o seu próprio GT, o seu próprio centro de pesquisa para entender melhor como seria essa aproximação com a língua portuguesa como língua estrangeira.

Elizete, desculpe-me. Eu te conheço, fui sua aluna, te adoro, mas eu defendo que o item A fique nesse plano.

Obrigada.

(NÃO IDENTIFICADO) – Tem a palavra Soraia da DRE Pirituba.

A SRA. SORAIA – Bom dia a todos. Venho contribuir com a minha experiência, quero me congratular com todos que estão nesta audiência. Acho que a grande característica deste momento é o estabelecimento do diálogo com a sociedade civil interessada, com os movimentos organizados e com a universidade.

Não vou me ressentir da falta de presença aqui, pois é histórica na cultura da nossa cidade. Porém, nós que estamos aqui temos o compromisso de estar compartilhando com os nossos pares que a Câmara Municipal de São Paulo está nos proporcionando. Congratulo-me com a Casa e com a relatoria.

Em relação ao Plano, há coisas na temática abordada e amplamente discutida quanto à educação infantil, há algumas coisas que não entendi. Por exemplo, as metas 5.12; a 5.16 e 5.19. Com algumas eu concordo fortemente, com a 5.14 e 5.18 – isso dentro da modalidade Educação Infantil. Em relação à Educação Fundamental, não entendi o 6.7 o 6.8 e o 6.13. Sendo que o 6.8 e o 6.13, eles são desnecessários. Não é tarefa do município atender essa demanda posta, que é a educação indígena, bilíngue. Isso é tarefa da escola estadual. Também o 6.15, também não entendi. Concordo muito com a meta do 6.17, dentro da lógica do atendimento integral, sabendo-se que na escola privada é amplamente disputado, o ensino no contra turno. E o atendimento na municipal que vem ocorrendo pelo atendimento integral. É importante enfatizar essas duas metas.

Em relação a meta 7, é uma lenda, é surreal porque temos somente oito escolas de ensino médio, se não me engano, na cidade de São Paulo. Essa é uma tarefa do Governo do Estado. Porém, achei pautado de novo o 7.9 desnecessário.

Existe uma clareza, pois este grupo tem de sair daqui com o entendimento de que

Plano Municipal não é proposta pedagógica, há varias coisas que vão caber dentro dos projetos pedagógicos das unidades, das equipes gestoras. O Plano Municipal tem de ter entendimento para ser acompanhado, cobrado junto ao poder público. E efetivamente o momento que vivemos vai estar trazendo essas contribuições para termos um olhar acadêmico, às vezes, propositivo na lógica de quem trabalha e atua. Sobretudo, poder compartilharmos cada vez mais as discussões, levando em conta a rede municipal que em seu estatuto tem uma formação que implica em espaço de discussão coletiva.

Eu, com 30 anos de rede municipal, não admito – desculpa falar dos Colegas que entendem que não está tendo necessariamente espaço para essa discussão ocorrer porque: quem sabe faz a hora não espera acontecer.

Obrigada.

(NÃO IDENTIFICADO) – Vamos agora passar para a Professora Lizete, por três minutos, para fazer as considerações finais.

Depois a palavra vai para o Vereador Toninho Vespoli e encerremos a audiência.

A SRA. LIZETE – De fato, logicamente não me cabe responder ou discutir as questões levantadas. Audiência pública é para que os nossos Vereadores saberem o que a população de São Paulo reivindica, quer e fundamenta.

Quero fazer três observações, e também dizer, Daniela, não tem importância, eu não defendo a unanimidade, a divergência é fundamental. Ela nos anima, portanto, vamos divergir, não tem importância.

Queria dizer, Denise, nós não divergimos, eu não mencionei a meta 5.12, com o que concordo. Mencionei a 5.17 – quando estamos discutindo sobre a priorização para atendimento em período integral. Quando vou discutir período integral, acho que a questão social, ela e obviamente os estratos mais pobres, eles são vulneráveis, e aí vive mais a 5.12 do que a 5.17. Quero lhe dizer que não divergimos.

Queria falar um pouco do item 3.7 porque “criar mecanismos para o

acompanhamento individualizado dos estudantes da educação básica, com atendimento para professor específico, de forma a evitar a sobrecarga”, eu já tinha até brincado porque se vamos brigar pela redução do número em sala de aula, vamos tirar a sobrecarga. Estamos dizendo o seguinte: estamos propondo o que deve ser feito. Agora, queria aqui, tenho preocupação quando falamos de professor específico porque concordo com o enfatizado. Dependendo do projeto pedagógico que temos, não é um professor que vai cobrir aquele pedaço. Provavelmente, vou ter um módulo de professores, e essa possibilidade de rodízio, caminhando para que o professor trabalhe em uma escola só, efetivamente eu posso ter diferentes componentes. Acho que ainda estamos muito marcados por essa ideia que eu diria – particularmente de 5ª. série em diante -, que ela é disciplinar. Penso então em Português, em Matemática... e não no plano pedagógico que está sendo proposto.

Sem dúvida, na escola de aplicação, a gente consegue uma combinação que supera um pouco essa situação. Às vezes há um professor que acompanha diferentes turmas, e pode ser mais interessante do que simplesmente dizer que vai ser um professor específico para cuidar desse ponto.

Quero fazer uma observação, a gente não discutiu – não está no Plano, e é bom -, porque com algumas coisas temos de nos manter, talvez à semelhança dos escoteiros, sempre alerta. Nós temos um debate hoje no Brasil, complicado, e não é só no Brasil, é internacional, e num país continente como o nosso é muito complicado, e numa cidade com 11 milhões de pessoas é mais complicado ainda, que é uma tese que vem sendo apresentada, discutida no Brasil, está na mídia, com posicionamento claro de diferentes grupos sobre a ideia de que para eu garantir uma escola de qualidade, preciso de um currículo único no Brasil. Essa discussão hoje está pautada também no Ministério da Educação. Portanto, nesse grupo que vem discutindo esse assunto, essa discussão é fundamental, porque o plano todo está eivado de discussões sobre a importância da gestão democrática; a importância da autonomia da escola; a importância do projeto político pedagógico de cada unidade escolar.

Claro que tem de haver diretrizes centrais, não há dúvida nenhuma. Agora, isso não pode significar que, para garantir que eu aumente um pontinho, meio pontinho, dois pontinhos no IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – eu realmente atrele que os conteúdos fundamentais que cada escola vai trabalhar estejam ligados aos conteúdos das provas nacionais, estaduais, regionais, etc. Essa é uma questão que nós precisamos nos atentar com muita clareza. Este é um debate pautado fora do Brasil e entidades internacionais têm estimulado que essa discussão apareça aqui.

Em segundo lugar e por último, eu só queria lhe dizer, Daniel, que quero valorizar o esforço que o grupo que trabalha com educação especial na Faculdade de Educação da USP, uma escola dessa cidade tem dado em relação a essa questão. Então, nós já temos professores. E digo logicamente que a pressão de vocês tem sido fundamental, não é que a Faculdade de Educação disse “que bom, chegou o momento histórico.” Não, a pressão de vocês obrigou que a própria Faculdade de Educação contratasse professores nessa direção, vem sendo dada uma formação que tem essa preocupação. E o curso realmente de libra está sendo ofertado e pautado para todas as licenciaturas da Universidade de São Paulo, porque eu acho importante que a gente traga aqui.

Por isso quero defender uma obrigação do meu espaço, que os cursos de Pedagogia, especialmente das universidades públicas tenham a obrigação de criar esses cursos e não transferi-lo, porque não fez até agora para privados. Nós sabemos, na cidade de São Paulo, o que significa hoje a mercantilização do ensino privado em nível superior. É uma das maiores do mundo e depois da fusão Kroton-Anhanguera estamos falando realmente de grandes corporações internacionais e não mais de uma escola amorosa, de um grupo alternativo que criava o seu curso, mas do vil metal, de quanto vale a minha ação no mercado.

É disso que se trata, nesse sentido que eu estou defendendo o curso nas universidades, públicas especialmente. Não vou deixar de mencionar a PUC, porque ela tem uma liderança histórica em relação à educação de surdos como um dos melhores centros de

atendimento e de pesquisa, mas quero reforçar que as universidades públicas não fiquem fora disso. Então, nós não divergimos disso. Eu não quero transferir realmente para outros grupos que sejam feitos por eles, mas que haja uma pressão do Plano Municipal de Educação para que as universidades públicas e privadas não deixem de ter cursos nessa direção de formação.

Muito obrigada ao Vereador Reis e ao Vereador Toninho por essa possibilidade de debate na manhã e a gente espera que não seja o último e o calendário possa ser esticado. Concordo com as propostas, acho interessante, pois se há propostas de planos regionais, que tal também descentralizarmos as regiões. Sabemos que nem todos acabam comparecendo à sede da Câmara. É bom vir aqui conhecer vocês e o local de trabalho, mas é importante também fazer o debate descentralizado, porque motiva mais as pessoas a participarem dessa discussão.

Parabéns a todos vocês. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Professora Lizete.

Tem a palavra o Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Bom dia a todos. Agradeço ao Vereador Reis porque nessa discussão do Plano Municipal é claro que a relatoria acaba tendo a responsabilidade de ter o projeto, mas o Vereador Reis e a sua assessoria têm contribuído bastante para que tenhamos o maior projeto para a educação de São Paulo. Agradeço à Lisete por toda essa discussão e quando nós pegamos a Lisete como a primeira especialista a discutir, sabíamos que ela iria olhar palavra por palavra literalmente e que ia, de certa maneira, apontar diversos questionamentos e até dar um puxão de orelha no relator, mas é bom levar um puxão de orelha de companheiros, porque nos faz refletir várias questões que, às vezes, passa despercebido.

A colaboração das pessoas e também do pessoal da Rede foi de extrema relevância. Uma das questões que quero apontar é sobre o diagnóstico, na verdade, temos um pré-diagnóstico que fizemos, não publicamos ele porque esse diagnóstico saiu um pouco do que saiu das conferências, até de uns materiais que pegamos na Ação Educativa e faltou, no

nosso entendimento, estabelecer uma relação com o Executivo no intuito de a gente conseguir dados mais concretos.

O Executivo nos ajudou muito nos debates, a própria Fátima contribuiu com os debates que fizemos no grupo de trabalho que foi muito importante, mas não conseguimos estabelecer algumas questões que nos ajudaria bastante.

Do governo estadual já foi falado aqui que nem conseguimos que viessem para contribuir. Achamos melhor tentar estabelecer essa relação primeiramente e depois colocar o diagnóstico no projeto definitivo.

Outra questão é a do financiamento. Sabemos da dificuldade que é aumentar verba para educação. Nós como Vereadores sabemos que a Prefeitura tem média para investimento para questões novas de sete bilhões e hoje o que vai pagar para a dívida pública não chega nem a 3 bilhões, já se fala de 6 a 7 bilhões para dívida pública esse ano.

Quando o Haddad se elegeu falou dessa discussão da dívida que emperra o Orçamento de São Paulo. Acho que temos de fazer o embate político e à medida que os movimentos pressionem o governo a investir mais em políticas públicas, também é um recado para o governo que não é para pagar meia dúzia de banqueiros em detrimento à saúde e educação.

Isso é uma disputa política e, no meu ponto de vista, o Haddad vem fazendo esforço para que realmente tente melhorar essa questão da dívida pública e faz isso acertadamente.

Quanto às CEIs, que foi um debate muito forte, o que a gente quis passar do Plano é o seguinte, ao longo do tempo, a política estabelecida foi de pensar uma política para as CEIs de modo indireto ou de modo conveniado. Na nossa concepção, foi uma opção errada e que agora teremos de reverter essa concepção para um modo mais direto.

O que está, em discussão, aqui é o grau como a gente vai fazer isso. Na medida em que estiver estabelecida uma relação mais forte com o Governo, em conseguirmos os

dados, a gente vai readequando esse grau na medida correta, porque ninguém também quer um plano de Governo ou plano municipal, que, ao final dos dez anos, as suas metas não estejam cumpridas, porque elas estavam muito aquém das nossas possibilidades.

Uma questão que a gente, na relatoria, debateu bastante foi referente às reuniões com os pais, de serem aos sábados. A nossa equipe da relatoria fez um debate muito grande. Acabamos indo para uma concepção, que a Educação é um dever de toda a sociedade, e toda a sociedade tem que contribuir para a gente tenha uma concepção de qualidade, inclusive o empresariado brasileiro. Vamos levar em conta também o estágio que nós temos de organização e das forças sociais e políticas, para realmente a gente conseguir essa estratégia. Vamos levar em consideração os finais de semana. Essas questões ainda vão permear bastante, e vão acabar entrando também nas outras audiências públicas.

Agradeço a todos pelo nível do debate e pelo grande grau de colaboração. Vamos tentar fazer um projeto melhor possível. Há pessoas que falam para mim: “Nobre Vereador, há o projeto do relator; há o projeto da Comissão de Educação”. O que está aqui, em grande parte, com os erros e acertos, é o projeto das pessoas que lutam por um movimento de educação de qualidade. Para mim, isso é um projeto da sociedade civil, e a sociedade civil, com certeza, vai ser escutada e ouvida em todas as etapas da construção desse plano.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, nobre Vereador.

Eu agradeço aqui a participação e a presença da Sra. Elisete, professora e de todos os senhores. No próximo sábado, haverá outra audiência pública a partir das 9h, que vai tratar do Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional. Todos estão convidados. Convidem outras pessoas, educadores, pais de alunos e alunos para participarem dessa audiência pública.

A audiência hoje foi de suma importância, porque houve uma discussão com relação ao plano municipal. A proposta do Vereador Toninho Paiva, a proposta do substitutivo

realmente foi discutida. Esse deve ser o foco da audiência. A audiência é para ouvirmos as pessoas, para ver o que elas realmente estão entendendo dessa propositura, se está de comum acordo, para irmos calibrando e, após as audiências, realmente termos um documento mais aprofundado, que ainda poderá ser modificado, até dentro do processo legislativo, até à primeira e a à segunda votações. Contribuições poderão ser, por meio de emendas, colocadas nesse plano, nessa proposta do Vereador Toninho Paiva, do Plano Municipal de Educação. É importante que realmente seja discutido o plano. Às vezes, há outras questões que vêm de fora, que não estão na pauta de discussão. Isso faz com que, às vezes, a gente acabe se dispersando. Hoje nós cumprimos aquilo que nós propusemos a fazer, de vir aqui sábado de manhã para participar dessa audiência pública e ouvir pessoas falando sobre o plano municipal.

Boa tarde a todos e um bom final de semana.

Está encerrada essa audiência pública. (Palmas)